

Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula esvazia projeto que tirava poder do fisco 4

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alckmin e ministros devolvem presentes da Arábia Saudita 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo de tributo cai para 20 dias na Remessa Conforme 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CNC defende igualdade de competição para o varejo no comércio eletrônico - COMÉRCIO EM PAUTA 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira não deu prazo para votar marco fiscal, diz Haddad 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Zanin vai para turma longe da Lava Jato no STF 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Enfim, BC reduz juros 12

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad: corte da Selic é um alívio para a economia brasileira 13

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Decisão do BC fortalece política econômica de Fernando Haddad 14

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa e Banco do Brasil reduzem juros do consignado do INSS após corte na Selic 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

A importância do debate sobre concursos públicos (Artigo) 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economistas reduzem projeção de juros para o ano 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Braga defende alíquotas mínima e máxima para IVA 19

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

O Brics não conseguiu avançar além do simbolismo, diz O'Neill 20

Quinta-Feira, 3 de Agosto de 2023

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: Lira deve levar texto a Pacheco hoje, formalizando início da tramitação no Senado

23

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula é aconselhado a acelerar reforma ministerial para não comprometer pautas econômicas

24

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"The Economist" aponta otimismo de investidores internacionais sobre o Brasil

26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Renan antecipa disputa pelo Congresso - BRASÍLIA - DF

28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Arcabouço atrelado à reforma ministerial

29

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
POLÍTICA

Lula x Lira - MALU GASPAR

30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco com governadores

31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Quadrilha do falso precatório está presa

32

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O risco de um IVA com maior alíquota do mundo (Artigo)

33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Caixa vai transferir R\$ 12,6 bi ao Tesouro após erro

35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lei que promete facilitar vida de contribuinte é sancionada

36

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Por que o Brasil se tornou um país de baixo crescimento (Artigo)

37

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

De volta ao vermelho (Editorial)

39

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

BC corta juro em 0,5 ponto, para 13,25%; Campos Neto e Galípolo concordam

40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Indústria só sentirá efeito da queda no juro em 2024, afirma Fiesp

43

Quinta-Feira, 3 de Agosto de 2023

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Selic e inflação: a dosagem inadequada (Artigo)..... 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"O BC se mostrou flexível com o que está acontecendo"46

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Brasil ocupa 2º lugar em ranking de países com a maior taxa de juros reais..... 48

Lula esvazia projeto que tirava poder do fisco

Marianna Holanda

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou com vetos, nesta quarta (2), o projeto de lei que tirava poder da **Receita Federal**.

No total, foram oito vetos propostos pela Fazenda e pela AGU (Advocacia-Geral da União), publicados no Diário Oficial da União desta quarta.

Saíram da proposta dois importantes pilares da medida que buscava simplificar obrigações tributárias acessórias, termo usado para identificar declarações e exigências que os contribuintes precisam cumprir, além de pagar em dia os **tributos** devidos.

O chefe do Executivo vetou a criação da NFB (Nota Fiscal Brasil Eletrônica), que unificava os documentos e registros fiscais de todas as empresas no país.

A justificativa diz que isso "poderia aumentar custos no cumprimento das obrigações tributárias, além de custos financeiros para a sociedade e a administração pública, devido à necessidade de evoluir sistemas e aculturar a sociedade a novas obrigações".

Em outra frente, o governo impediu a participação de representantes da sociedade civil no CNSOA (Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias. Como mostrou a Folha, integrantes da Fazenda tinham a avaliação de que isso daria aos contribuintes poder de decisão sobre quais instrumentos a Receita pode usar para fiscalizá-los - o que é visto como conflito de interesses.

O projeto propunha a participação de seis representantes, indicados pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) e pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), entre outros.

Os seis assentos das confederações não seriam, sozinhos, suficientes para barrar alguma resolução do comitê, mas bastaria o apoio de outros três representantes para barrar alguma obrigação acessória. Isso significa que o colegiado pode restringir instrumentos de fiscalização.

Para esse veto, o governo alega que a atuação desses representantes poderia "ensejar violação ao dever de

sigilo fiscal e configurar a atuação, dentro de unidade com funcionalidade tributária, de agentes à margem da administração pública tributária".

O texto propunha ainda um prazo de 90 dias para constituir o CNSOA, o que também foi vetado. O governo disse se tratar de invasão de competência de outro poder.

Além desses dispositivos, Lula também vetou a competência do CGSN (Comitê Gestor do Simples Nacional), instituído na lei, de disciplinar as obrigações tributárias acessórias.

A justificativa, nesse caso, é que entes federativos poderiam perder sua autonomia para estabelecer obrigações tributárias e regulamentar como elas deveriam ser cumpridas.

A advogada Fernanda Rizzo afirma que a lei é positiva no sentido da simplificação das obrigações prestadas pelos contribuintes.

"No ambiente da **reforma tributária**, essa simplificação ganha ainda mais relevância, pois permitirá um custo menor de conformidade por parte das empresas. De fato, não faz mais sentido que o contribuinte, cuja contabilidade esteja totalmente inserida no âmbito do Sped, tenha de repetir informações ou reparti-las para cada ente tributante e emitir documentos diferentes para arrecadação", afirma.

Rizzo diz que a multiplicidade de declarações e documentos fiscais facilita o erro e gera prejuízo tanto para a administração quanto para os contribuintes. Por isso, uma unificação das obrigações acessórias virá em boa hora.

André Menon, sócio do Machado Meyer Advogados, e Guilherme Cesar Rubin, advogado da área tributária, destacam que a emissão unificada de documentos fiscais eletrônicos possibilitará a integração de sistemas, legislações, regimes especiais e dispensas fiscais existentes, reduzindo custos para os contribuintes.

A utilização de dados para declarações pré-preenchidas também facilita o processo para os contribuintes, afirmam.

Eles destacam ainda a facilitação dos meios de pagamento de **tributos** e a unificação de cadastros fiscais, que reduz redundâncias e agiliza processos.

Colaborou Eduardo Cucolo, de São Paulo

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50357&maxTouch=0&anchor=6481069&pd=898dc52a72a8fb6e15bee0974b4360db>

Alckmin e ministros devolvem presentes da Arábia Saudita

Agraciados pelo titular do Ministério de Investimentos da Arábia Saudita, Khalid Al Falih, com presentes valiosos, o vice-presidente Geraldo Alckmin e os ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Renan Filho, dos Transportes, não ficarão com as peças. Alckmin, que acumula o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, recebeu uma estátua de camelo com metais preciosos e encaminhou o objeto à embaixada daquele país. Já Haddad, que ganhou uma onça de ouro, e Renan Filho, uma espécie de bule, foram orientados pela **Receita Federal** a fazer o mesmo. Recentemente, presentes dados pelos sauditas ao então presidente Jair Bolsonaro renderam polêmica.

Os três ministros do governo Lula participaram recentemente de eventos em São Paulo com uma comitiva da Arábia Saudita, quando os presentes foram oferecidos. Al Falih desembarcou no Brasil com uma delegação de cerca de 70 empresários em busca de oportunidades de investimentos. O grupo participou de fóruns de negócios entre o Brasil e o país árabe, promovidos na última segunda-feira. De acordo com o protocolo do governo brasileiro, a oferta de presentes a autoridades deve ser feita com aviso prévio ao cerimonial do órgão público agraciado.

LISTA DA FORBES

Com patrimônio líquido de aproximadamente US\$ 25 milhões - o equivalente a cerca de R\$ 120 milhões na cotação atual - Khalid Al Falih foi citado, em 2016, na lista das pessoas mais poderosas do mundo pela revista norte-americana Forbes. Seu salário mensal, além de outros ganhos de carreira, somam mais de US\$ 4 milhões por ano, aproximadamente R\$ 20 milhões.

Antes de ocupar o atual cargo no governo saudita, Al Falih passou por outras duas posições. Entre 2015 e 2016, foi ministro da Saúde da Arábia Saudita. No mesmo ano em que deixou o cargo, assumiu a pasta de Energia, Indústria e Recursos Minerais, anteriormente chamado de Ministério do Petróleo, em que ficou até 2019. No ano seguinte, passou a comandar o de Investimentos.

Além de sua presença no governo, Al Falih foi presidente e CEO da Saudi Aramco, companhia petrolífera estatal da Arábia Saudita. Entre 2009 e

2015, o ministro também chefiou o projeto Manifa, um campo de petróleo numa baía ao longo da costa do Golfo Pérsico. O local produz 500 mil barris de petróleo bruto por dia.

Atualmente, a Saudi Aramco é considerada a maior empresa do mundo no ramo, em termos de reservas de óleo cru e de produção. O valor da companhia foi estimado em até US\$ 2 trilhões, quase R\$ 10 trilhões, segundo o Financial Times.

De acordo com o governo brasileiro, a onça de ouro recebida por Haddad será incorporada ao patrimônio da União, devido ao alto valor da peça, e devolvida à embaixada da Arábia Saudita em Brasília. Caso o governo saudita queira reenviar o presente, será necessário que sejam cumpridos os trâmites exigidos pela legislação brasileira. O mesmo vale para o camelo dado a Alckmin e para o bule entregue a Renan Filho.

A assessoria da Vice-Presidência informou que o camelo foi devolvido no início da noite da última segunda-feira, "por vontade e orientação" de Alckmin. Já o bule recebido por Renan Filho deverá passar por avaliação da assessoria internacional do Ministério dos Transportes para, então, ser enviado à embaixada da Arábia Saudita. A assessoria do ministro dos Transportes não soube precisar de que material foi feito o objeto nem o valor estimado.

Presentes dados pela Arábia Saudita a integrantes do governo brasileiro já renderam polêmicas e investigações. Recentemente, o ex-presidente Jair Bolsonaro se envolveu em uma delas. Em 2021, uma comitiva do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, tentou entrar no país ilegalmente com o conjunto com colar, anel, relógio e um par de brincos de diamante, itens dados pelo governo do país árabe.

O episódio envolveu várias tentativas subsequentes de liberar os presentes da alfândega no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, onde o material acabou apreendido por não ter sido devidamente declarado. Bolsonaro nega qualquer ilegalidade por parte dele. As joias foram avaliadas pela Receita em R\$ 5,6 milhões. (*Estagiária sob supervisão de Lua Marinatto)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Prazo de tributo cai para 20 dias na Remessa Conforme

O governo federal reduziu de 30 para 20 dias o prazo para pagamento dos **tributos** que são cobrados das compras internacionais feitas em plataformas de comércio eletrônico que não aderiram ao Remessa Conforme. A mudança entrou em vigor nesta terça-feira, 1-^a, quando começou o programa de conformidade destinado aos marketplaces estrangeiros.

A decisão consta em instrução normativa da **Receita Federal** publicada no "Diário Oficial da União" em 30 de junho, mas que não foi divulgada.

O alerta sobre a redução do prazo para pagamento dos **impostos** foi feito pelos Correios, em nota.

Para as encomendas enviadas por empresas certificadas no programa Remessa Conforme, os **tributos** serão recolhidos pela plataforma no momento da compra. Será cobrado apenas ICMS, numa alíquota única de 17%, já que o programa prevê isenção de imposto de importação. A própria empresa terá de repassar o valor recolhido à Receita.

Nos casos de plataformas não certificadas o recolhimento do tributo continua sendo feito pelo comprador da encomenda após a entrada do objeto no Brasil, como ocorre hoje. Ou seja, haverá a cobrança de ICMS e do Imposto de Importação (alíquota de 60%) e esses **tributos** deverão ser pagos em até 20 dias.

"O prazo [20 dias] se aplica a todas as encomendas internacionais adquiridas em plataformas não certificadas", explica os Correios. Caso não haja o pagamento, a mercadoria pode ser devolvida à plataforma de comércio eletrônico.

Até o momento, conforme mostrou o Valor, não há nenhuma empresa habilitada no programa Remessa Conforme. A Shein pediu adesão ontem, mas o pedido ainda precisa ser analisado pela Receita. A expectativa é que a certificação aconteça em "breve". Shopee e AliExpress também devem pedir adesão ao programa, mas ainda não há data. (JS)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/edition/187621?page=1#/edition/187621?page=1§ion=1>

CNC defende igualdade de competição para o varejo no comércio eletrônico - COMÉRCIO EM PAUTA

Diretores da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estiveram reunidos no Ministério da Fazenda, em 10 de agosto, para tratar do programa Remessa Conforme, a fim de buscar condições iguais de competitividade para as empresas brasileiras. Eles foram recebidos pelo secretário executivo do ministério, Dario Carnevalli Durigan, e pelo subsecretário de Administração **Aduaneira da Receita Federal**, Jackson Aluir Corbari.

O diretor de Economia e Inovação (DEIN) da CNC, Guilherme Mercês, manifestou o entendimento da Confederação sobre a iniciativa da Receita de buscar coibir transações desleais, diante da dificuldade de fiscalização das remessas de pessoa física, principalmente de bens de consumo. Contudo, Mercês alertou para o fato de que a medida traz uma dificuldade de competição para o País, especialmente para o varejo de rua. "O que estamos pedindo é a igualdade de competição para

que o varejo de rua chegue para o consumidor sem sobre preço tributário em relação ao varejista estrangeiro, que está chegando direto ao consumidor", enfatizou Mercês.

Dario Durigan não descartou o pleito da CNC em um ajuste para que haja regras iguais. "Estamos alinhados com o interesse de proporcionar isonomia para quem vende o produto no Brasil, para quem está importando e, principalmente, para essas empresas", afirmou o secretário executivo. "Mas é inaceitável que a gente siga na situação anterior", prosseguiu. "Precisamos ter um programa que estabeleça regras para que tenhamos um mínimo de regras do jogo com o varejo nacional."

As novas regras de tributação de compras internacionais feitas pela internet passaram a valer em 10 de agosto. A medida prevê a isenção da cobrança do imposto de importação sobre compras de até US\$ 50 para as empresas que aderirem voluntariamente ao programa.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/?/edition/187621?page=1
#/edition/187621?page=1§ion=1](https://valor.globo.com/virador/?/edition/187621?page=1#/edition/187621?page=1§ion=1)

Lira não deu prazo para votar marco fiscal, diz Haddad

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), negou nessa quarta-feira (2) que tenha adiado a votação do arcabouço fiscal para aguardar a **reforma ministerial**, relatou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Mas, segundo o ministro, o presidente da Câmara "não se comprometeu com prazo".

A declaração de Haddad foi dado a jornalistas ao chegar ao Ministério da Fazenda, depois de se reunir com Lira no gabinete da presidência da Câmara. "Ele [Lira] falou que não tem nada a ver arcabouço fiscal com mexida em ministérios", contou.

Segundo Haddad, "provavelmente" Lira "deve chamar uma reunião com os líderes" e o relator do texto na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), na semana que vem. "Devemos ter nos próximos dias o arcabouço votado, talvez na semana que vem", disse o ministro. "Ele não se comprometeu com prazo, porque precisa reunir os líderes, mas ele falou que não vai esperar nada, que não tem constrangimento em relação ao governo, não está esperando nenhuma ação do governo para votar. Até porque ele sabe da importância de definir as regras do Orçamento do ano que vem."

Haddad afirmou que o envio do Orçamento de 2024 para o Congresso será realizado em 30 de agosto. "Mas a elaboração dele exige algumas providências formais, internas. Então você sempre acaba precisando fechar 10,15 dias antes da remessa", disse.

Segundo Haddad, a reunião com o presidente da Câmara foi realizada para que ele entregasse a Lira o projeto de lei com o "acabamento final para o acordo que foi feito com os Estados em torno de leis complementares (192 e 194) aprovadas no ano passado". As leis em questão mudaram as regras de cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Haddad também se reuniu com o senador Otto Alencar (PSD-BA), relator do projeto de lei que retoma o voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, e o ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais. O parlamentar disse que quer apresentar o parecer do texto na última terça-feira de agosto (29) para que o

projeto seja analisado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado na primeira semana de setembro.

Até lá, o senador disse que vai se reunir com o relator do texto na Câmara, Beto Pereira (PSDB-MS), para alinhar eventuais mudanças no texto. Com o retorno do voto de qualidade no **Carf**, o governo espera arrecadar em torno de R\$ 40 bilhões em 2024.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/edition/187621?page=1#/edition/187621?page=1§ion=1>

Zanin vai para turma longe da Lava Jato no STF

José Marques Brasília

Antes mesmo da sua indicação pelo presidente Lula (PT), o STF (Supremo Tribunal Federal) preparou uma mudança que favoreceu a escolha de Cristiano Zanin para a vaga de Ricardo Lewandowski no tribunal.

O ministro Dias Toffoli pediu para substituir Lewandowski na Segunda Turma. Com isso, Zanin deve participar das sessões da Primeira Turma. No outro colegiado, no qual estão concentrados processos da Lava Jato, o ex-advogado de Lula poderia ser constrangido a se declarar impedido ou suspeito em ações da operação.

Primeiro indicado de Lula para o Supremo no atual mandato, Zanin toma posse como ministro nesta quinta (3). Ele pode ficar na corte até 2050, quando completa 75 anos, idade-limite para juízes se aposentarem compulsoriamente.

Além das sessões de julgamento em plenário, das quais toda a corte participa, os ministros se dividem entre dois colegiados. Neles são julgados processos que não demandam a declaração de inconstitucionalidade de leis. A presidente não participa.

Os casos de maior repercussão têm ficado concentrados na Segunda Turma. Além disso, cada vez mais processos de relevância têm sido analisados pelo plenário virtual, e não pelas turmas.

Na Primeira Turma, Zanin atuará ao lado dos ministros Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia.

Entre os casos que podem ser analisadas pelo colegiado neste semestre, há recursos sobre suspeitas de irregularidades na **Receita Federal** e uma ação em que juízes federais pedem aumento em reajustes da categoria.

A Segunda Turma, por sua vez, é formada por Toffoli e pelos ministros André Mendonça, Gilmar Mendes, Edson Fachin e Kassio Nunes Marques.

Estará sob a alçada dessa turma a análise de uma decisão de Gilmar que suspendeu investigação sobre supostos desvios em contratos de kit robótica pelo

presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), além de recursos da Lava Jato.

Durante sua sabatina no Senado, Zanin disse que pretende analisar caso a caso antes de se declarar impedido ou suspeito em ações ligadas à operação. "Eu terei que analisar o conteúdo do processo, saber qual o tema em discussão, saber quais as partes envolvidas e aplicar o que diz a lei", afirmou ele.

"O sistema de Justiça funciona por conta da sua credibilidade. Todas as medidas que eu possa adotar para assegurar a credibilidade do sistema de Justiça, eu adotarei." De acordo com a lei, um magistrado é impedido de julgar processos nos quais ele, seu cônjuge ou um parente tenham atuado -ele foi sócio da esposa, Valeska Teixeira, em seu escritório de advocacia. Na sabatina, ele disse que irá se declarar impedido nesses casos, de acordo com a lei.

A questão da suspeição é mais subjetiva. O juiz deve se declarar suspeito se, por exemplo, for amigo íntimo ou inimigo capital de uma das partes envolvidas.

O pedido de troca de turma feito por Toffoli foi visto nos bastidores da corte como uma tentativa de se redimir com o presidente Lula.

O magistrado foi indicado para o STF por Lula, mas durante a prisão do petista em Curitiba tomou decisões contra o atual mandatário -entre elas, a liberação para que Lula acompanhasse o enterro de seu irmão quando o corpo seguia para o sepultamento.

Em 2018, como presidente do STF, Toffoli manteve decisão de Fux suspendendo autorização para que Lula, preso, desse entrevistas.

Para a troca de turmas, foi analisada a ordem de antiguidade dos ministros. Ela é feita quando nenhum colega mais antigo demonstra o mesmo interesse, como foi o caso.

Composição atual das turmas do Supremo

PRIMEIRA TURMA

Luís Roberto Barroso

Cristiano Zanin

Luiz Fux

Alexandre de Moraes

Cármen Lúcia

Alguns processos importantes

Recursos sobre suspeitas de irregularidades na
Receita Federal

Aumento em percentuais de reajustes de juízes
federais

SEGUNDA TURMA

André Mendonça

Gilmar Mendes

Edson Fachin

Kassio Nunes Marques

Dias Toffoli

Alguns processos importantes

Análise de recursos da Operação Lava Jato

Referendo de decisão suspendendo sobre contratos
de kit robótica pelo presidente da Câmara, Arthur Lira
(PP-AL)

*Dias Toffoli era da Primeira Turma. Com a
aposentadoria de Ricardo Lewandowski, ele pediu
para ser transferido para a vaga na Segunda Turma

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50357>

Enfim, BC reduz juros

ROSANA HESSEL

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, decidiu, ontem, reduzir a taxa básica da economia (Selic) em 0,50 ponto percentual, para 13,25% ao ano, marcando o início de um novo ciclo de queda de juros. É a primeira mudança após sete reuniões de manutenção da taxa atual, de 13,75% anuais.

A decisão dos nove diretores do Comitê não foi unânime, mas o colegiado sinalizou que haverá novos cortes. Segundo o **comunicado** do BC, existe uma "unanimidade" para reduções na mesma dimensão "nas próximas reuniões".

A redução da Selic foi menor do que a maioria das apostas do mercado, de 0,25 ponto percentual, mas o consenso do mercado era de redução da Selic.

A divisão dos votos também era esperada pelos analistas.

Os dois novos diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) - Gabriel Galípolo (Política Monetária) e Ailton de Aquino Santos (Fiscalização) - votaram pela redução de 0,50 ponto percentual, juntamente com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, a diretora de Administração, Ana Carolina de Assis Barros e o diretor de Regulação, Otávio Damaso. Em contrapartida, os diretores Diogo Guillen (Política Econômica), Fernanda Guardado (de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos), Maurício Moura (de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta) e Renato Dias Gomes (de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução) votaram pelo corte de 0,25 ponto percentual.

Na nota divulgada após a reunião, o Copom informou que a decisão é compatível com a estratégia de ancoragem das expectativas de **inflação** ao redor da meta, "ao longo do horizonte relevante".

Nesse argumento, o BC incluiu, "em grau menor" o ano de 2025, juntamente com o de 2024. A meta de **inflação** determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 2023 é de 3,25%, com teto de 4,75%. E, para os três anos seguintes, passará para 3%, com limite superior de 4,50%.

O Comitê destacou ainda que o processo de desaceleração da **inflação** "tende a ser mais lento" e,

portanto, reforçou que será necessário "serenidade e moderação na condução da política monetária".

Repercussão

Menos de uma hora após o anúncio da decisão, os dois maiores bancos públicos do país, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, anunciaram redução nas taxas de juros cobradas nos empréstimos.

A Caixa informou que, a partir de amanhã, passará a cobrar 1,70% ao mês no crédito consignado de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) em vez de 1,74%. O BB informou que reduziu de 1,80% ao mês para 1,77% as linhas de crédito, incluindo consignado do **INSS**, na faixa mínima, e de 1,95% para 1,89% mensais, no patamar máximo.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) considerou "acertada" a queda de 0,50 ponto percentual na Selic e informou que espera "mantido o cenário de controle de **inflação** nos próximos meses, novos cortes e mais intensos".

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) considerou que a decisão do Copom está na "direção correta", contudo, ressaltou que "para se alcançar ambiente propício para um ciclo longo e sustentável de queda dos juros é essencial a materialização do novo arcabouço fiscal e o avanço célere da **reforma tributária**".

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também comemorou a decisão, apesar de esperar um corte maior ainda, de 0,75 ponto percentual. Ele disse aos jornalistas estar mais "otimista" após a reunião do Copom e reforçou o respeito ao Banco Central. Ao ser questionado sobre o placar apertado da reunião, disse que as divergências são resultado da livre manifestação em uma democracia. "Eu posso assegurar que o diálogo tanto entre nós quanto das nossas equipes foi o mais elevado possível. Nunca faltou nenhuma abertura de nenhum lado para sentar e dialogar a respeito das decisões corretas que precisam ser tomadas. O fato do placar ser apertado é porque é uma discussão técnica", afirmou. (Colaborou Edla Lula)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/03/all.pdf>

Haddad: corte da Selic é um alívio para a economia brasileira

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, considera que o corte de 0,5 ponto percentual na taxa Selic representa um alívio para a economia brasileira e mostra que o governo está na direção certa.

O anúncio da redução da taxa Selic, que são os juros básicos da economia, saiu nessa quarta-feira. A última vez em que o BC havia reduzido a Selic foi em agosto de 2020.

Em **comunicado**, o Copom informou que a queda da **inflação** possibilitou a redução nos juros. E anunciou ainda que os membros do colegiado preveem, por unanimidade, cortes de 0,5 ponto nas próximas reuniões.

Além disso, o órgão avalia que esse será o ritmo adequado para manter a política monetária contracionista necessária para controlar a **inflação**.

Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a queda na taxa Selic vai facilitar o crescimento sustentável.

Haddad disse ainda que a decisão de Campos Neto foi técnica e não uma concessão.

Após a redução dos juros, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil anunciaram queda nos juros do crédito consignado para beneficiários e pensionistas do **INSS**.

A Caixa reduziu de 1,74% para a partir de 1,70% ao mês nas taxas de juros, representando uma redução total de 2,3%.

No Banco do Brasil, o consignado caiu de 1,81% ao mês para 1,77% ao mês, na faixa mínima, e de 1,95% ao mês para 1,89% ao mês no patamar máximo. O banco reduziu ainda as taxas nas linhas de crédito consignado e automático.

* Com informações da Agência Brasil .

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-08/haddad-corte-da-selic-e-um-alivio-para-economia-brasileira>

Decisão do BC fortalece política econômica de Fernando Haddad

Por Valdo Cruz

A decisão do Banco Central de reduzir a taxa Selic em 0,50 ponto percentual, anunciada nesta quarta-feira (2), fortalece a política econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O ministério vem dando sinais de que o país vai controlar suas contas públicas e, ao mesmo tempo, garantir a volta do crescimento da economia brasileira.

Também em favor de Haddad, ao cortar o juro básico, o Comitê de Política Monetária (Copom) sinaliza que o Congresso Nacional precisa continuar contribuindo para a melhora do cenário econômico.

O recado está no **comunicado** do Copom, divulgado junto com o anúncio da queda dos juros de 13,75% para 13,25% ao ano. Câmara e Senado precisam aprovar:

O Congresso, que até agora tem sido parceiro de Fernando Haddad, precisará renovar essa parceria para permitir que o BC mantenha a trajetória de redução de juros. Redução essa que, aos poucos, vai sendo transferida para os consumidores no mercado de crédito.

Ainda na quarta, pouco após o anúncio do BC, a Caixa Econômica reduziu a taxa de juros do crédito consignado para beneficiários do **INSS**.

Na reunião desta semana, por cinco votos a quatro - e com direito a voto de desempate do presidente Roberto Campos Neto -, o BC optou por um corte de 0,5 ponto percentual na taxa Selic, que é referência para o mercado.

A nota sinalizou ainda que as próximas reuniões podem gerar novos cortes na casa de 0,5 ponto. Com isso, o país poderia fechar o ano com o juro básico em 11,75%.

Isso, claro, caso o Congresso continue apoiando as medidas enviadas pelo Ministério da Fazenda e defendidas por Haddad.

A dúvida, neste caso, é sobre quando essa trajetória de queda será interrompida e qual será o piso da Selic. No mercado, fala-se em um valor entre 9% e

10%.

O voto de minerva de Campos Neto deve contribuir para acalmar os ânimos no mundo da política, e essa tranquilidade também ajuda a manter o projeto de queda dos juros.

Após a divulgação do Copom, Haddad saiu em defesa do presidente do BC e classificou a decisão como técnica, o que também favorece uma calma na área econômica.

Desde janeiro, o governo trava uma batalha pública com Campos Neto. Lula e ministros pressionam pela redução dos juros para estimular a economia e a geração de emprego. Enquanto isso, o BC trata o assunto com cautela e mantém os juros altos apontando um risco de descontrole da **inflação**.

Na quarta, antes do fim da reunião do Copom, Lula declarou que o BC deveria ter cortado os juros há três reuniões atrás e que Campos Neto não entende de Brasil, por exemplo.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2023/08/03/decisao-do-bc-fortalece-politica-economica-de-fernando-haddad.ghtml>

Caixa e Banco do Brasil reduzem juros do consignado do INSS após corte na Selic

Por Wesley Bischoff, g1 - São Paulo

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil anunciaram redução nos juros do crédito consignado para beneficiários e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), após o Banco Central anunciar corte de 0,5 ponto percentual na taxa básica de juros, a Selic.

Na quarta-feira (2), Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu por reduzir a Selic de 13,75% para 13,25%. Este foi o primeiro corte na taxa básica de juros em três anos.

Após o anúncio, a Caixa e o Banco do Brasil publicaram comunicados afirmando que iriam reduzir os próprios juros em linhas de crédito acompanhando o corte na Selic.

No caso da Caixa, a taxa de juros no consignado do **INSS** passa de 1,74% para a partir de 1,70% ao mês, a partir desta quinta-feira (3).

Com a diminuição, em um contrato com valor líquido de R\$ 10 mil, em 84 meses, o cliente passa a economizar um valor superior ao de uma prestação ao final do pagamento do contrato, exemplificou a instituição.

Já o Banco do Brasil disse que os novos juros para linhas de crédito consignado, automático, salário, benefício, renovação e 13º salário passarão a valer a partir de sexta-feira (4).

As taxas do consignado do **INSS** no Banco do Brasil foram ajustadas de 1,81% para 1,77% ao mês, na faixa mínima, e de 1,95% para 1,89% ao mês, no patamar máximo.

O BB afirmou ainda que terá reduções no desconto de títulos, capital de giro, conta garantida e em outros produtos, conforme perfil do cliente.

VÍDEOS: mais assistidos do g1

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/08/03/caixa-e-banco-do-brasil-reduzem-juros-do-consignado-do-inss-apos-corte-na-selic.ghtml>

A importância do debate sobre concursos públicos (Artigo)

RENATA VILHENA - Consultora em gestão pública, professora associada da Fundação Dom Cabral e presidente do Conselho de Administração da República.org

Está bem claro desde o início de 2023 que recompor a máquina pública é uma prioridade para o governo federal.

Após quatro anos de desmonte do serviço público, o novo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - comandado pela ministra Esther Dweck - assegurou que serão abertas aproximadamente 8.000 vagas apenas em 2023. É fato que existem hoje diversas áreas do governo federal com deficit de servidores, o que certamente impacta na entrega de serviços de qualidade para a população brasileira. No entanto, antes mesmo de anunciar novos concursos, o governo e o Congresso Nacional deveriam se debruçar sobre a importante tarefa de modernizar os concursos públicos.

É preciso jogar luz sobre o debate do modelo de contratação na administração pública. Atualmente, usa-se quase que exclusivamente o mesmo modelo de décadas atrás: somente provas objetivas. Uma boa parte dos certames sequer exige produção de textos para aferir a capacidade dos candidatos no que se refere à boa redação, quando deveríamos ir além e avaliar outras habilidades e competências dos candidatos.

É necessário ampliar os formatos de avaliação que temos hoje, pois mensurar o conhecimento somente com base em um modelo de provas não leva necessariamente em conta a aptidão do candidato para ocupar um determinado posto dentro da administração pública brasileira.

A importância de o Congresso Nacional agir se dá diante da ausência de uma lei nacional capaz de institucionalizar o formato de contratação para todo o território nacional, tornando cada ente federado responsável e com competências plenas para legislar sobre este tema. A consequência imediata que temos é o alto grau de judicialização dos concursos públicos diante da inadequação de alguns trâmites.

Uma lei nacional com normas gerais pode surtir um efeito positivo de garantia ao acesso isonômico dos

cidadãos à função pública, mitigando preferências pessoais ou políticas, e promovendo a eficiência administrativa. É importante ressaltar que os estados irão manter a competência suplementar para legislar sobre o tema neste caso. Afinal, em um território com abrangência continental como o do Brasil, cabe considerar as particularidades regionais, bem como o grau de maturidade de cada governo perante essa questão.

Um bom começo para a tarefa de remodelar os concursos públicos é observar as experiências internacionais bem-sucedidas, que podem ser um norte nesta empreitada. Na América Latina, países como o Chile e o México levam em consideração a análise de currículo para selecionar servidores, por exemplo. Na Argentina, o processo é mais extenso: utiliza-se prova, entrevista, teste psicológico e análise de currículo.

Na Europa, Portugal realiza testes psicológicos, e a Inglaterra usa inclusive entrevistas na seleção de **servidores públicos**. Nos Estados Unidos e no Canadá, são levadas em conta entrevista e análise de currículo, de acordo com dados do Banco Mundial.

Também podemos olhar "para dentro" e buscar os concursos públicos considerados experiências de sucesso em nosso país. Normalmente, esses exemplos são os certames aplicados a "carreiras típicas de estado", como para o cargo de auditor do Tribunal de Contas da União. Dentro das boas práticas, muitos concursos federais também utilizam avaliações psicológicas, que são frequentemente barradas em outros níveis de administração pública apenas por falta de leis específicas.

A sociedade avança, e cabe também à administração pública se atualizar, modernizando os modelos de concursos públicos, o que certamente fortalecerá o corpo burocrático de nosso país. Precisamos de um modelo de concurso que ajude a atrair pessoas vocacionadas ao serviço público, pessoas que enxergam a função como uma oportunidade de transformar vidas brasileiras verdadeiramente. Esta é uma tarefa que o Congresso Nacional não pode mais adiar, pois impacta diretamente na qualidade dos serviços públicos que são entregues à população brasileira. É preciso promover mudanças no nosso serviço público.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/03/all.pdf>

Economistas reduzem projeção de juros para o ano

JULIANA CAUSIN E JOÃO SORIMA NETO

Representantes da indústria, do setor de serviços e economistas consideraram acertada a redução da taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual, a 13,25%. E, com o tom do **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom), que apontou novos cortes "da mesma magnitude", as projeções para a Selic no fim do ano já estão sendo revistas.

- Eu esperava que a Selic chegasse a 12% no fim do ano, mas acredito que agora ficará em 11,75% - diz o estrategista-chefe do Banco Mizuho no Brasil, Luciano Rostagno. - O avanço do arcabouço fiscal no Congresso e a presença de Gabriel Galpólo no comitê podem ter dado confiança ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, para essa baixa. Tanto que até a citação de "incertezas sobre a política fiscal" foi retirada do **comunicado**.

Para Rostagno, o mercado deve ficar com a expectativa de queda de 0,5 ou 0,75 ponto na próxima reunião, mas um corte mais forte só será possível com uma surpresa positiva na **inflação**. Segundo ele, o início do ciclo de baixa deve se estender até que a Selic se aproxime de seu patamar neutro (entre 9% e 9,5%), até o próximo ano.

O economista Alexandre Mathias, CEO da Kilima Asset, já vê a Selic a 11,25% no final deste ano. O cenário ideal, diz, seria de mais um corte de 0,5 ponto na próxima reunião e reduções de 0,75 ponto nos encontros seguintes do BC.

-Se tudo acontecer como previsto, você tem espaço para acelerar essa redução dos juros. Olhando o cenário amplo, o mais importante é que o Copom deu início ao cenário de cortes, que ainda vai ser longo - avalia Mathias.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), que considerou o corte uma decisão correta, defende a aceleração do ciclo de cortes da Selic.

O presidente executivo da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), José Jorge do Nascimento Junior, avalia que o corte nos juros será mais um fator positivo para as vendas do setor, que usa muito financiamento:

- Quando o consumidor faz a simulação da prestação, com os juros altos, a parcela fica elevada, e ele se retrai.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, espera um "ciclo virtuoso" na economia, com a conjugação de corte de juros, queda da **inflação**, aprovação de um novo marco fiscal e da **reforma tributária**. Mas ressalta que o efeito imediato de um corte de 0,5 ponto é pequeno:

- O importante é a trajetória até o fim do ano.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) também considerou acertada a decisão do BC. A Hrjan, que representa a indústria do Estado do Rio, avalia que a redução da Selic está na direção correta, mas ressalta que é "essencial a materialização do novo arcabouço fiscal e o avanço célere da **Reforma Tributária**."

O economista Luiz Fernando Figueiredo, sócio-fundador da gestora Mauá Capital e ex-diretor do BC, ressalta que se o novo arcabouço fiscal e a **Reforma Tributária** avançarem, o Copom poderá ir mais longe na redução dos juros:

-Espero a Selic entre 11,5% e 12% no fim deste ano. E no ano que vem, entre 8,5% e 9%.

*

"Se tudo acontecer como previsto, você tem espaço para acelerar essa redução dos juros"

Alexandre Mathias, CEO da Kilima Asset

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Braga defende alíquotas mínima e máxima para IVA

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), defendeu nessa quarta-feira (2) que o texto final da proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da medida contenha alíquotas mínima e máxima para o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Segundo o parlamentar, essa seria uma forma de evitar a chamada guerra fiscal entre os Estados.

Na versão aprovada na Câmara dos Deputados, a PEC da reforma não define alíquotas para o novo imposto. Esse ponto seria definido apenas na regulamentação da medida, por meio de leis complementares. Segundo Braga, a ideia deve ser discutida no colégio de líderes do Senado.

"Na minha visão, deveria haver um alíquotas máxima e mínima no comando constitucional. Mínima porque existe uma coisa chamada guerra fiscal. Se eu não estabeleço alíquota mínima eu desequilibro o sistema tributário", argumentou o senador em entrevista à imprensa.

Os senadores ainda aguardam a chegada do texto final aprovado na Câmara. Braga afirmou estar confiante de que a projeto será votado até o fim de outubro. A expectativa é que a redação final da matéria seja entregue em mãos pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) nesta quinta-feira (3).

Para o relator, o Senado precisa olhar com atenção para as exceções ao novo sistema para evitar um possível aumento na carga de **impostos**. Entre os benefícios que ele acredita que devem voltar o texto, ele citou a prorrogação de benefícios para indústrias das regiões Norte e Nordeste até 2032, ponto que acabou sendo rejeitado pelos deputados. "Eu acho que isso não foi votado na Câmara por falha de comunicação, já era tarde. Acho que a intenção do parlamentar era aprovar e acho que aqui no Senado isso vai ser revisto", pontuou Braga, destacando que o incentivo será para produtos de tecnologia avançada.

Braga evitou detalhar prazos, mas estimou que deverão ser realizadas entre seis e oito audiências públicas para debater a proposta, algumas em sessões conjuntas da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)-por onde o texto começará a tramitar com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ele afirmou que conversou com o presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), e com o coordenador do grupo de trabalho, Efraim Filho (União-PB) para que não aconteçam "ações paralelas" nos colegiados. Ele reforçou que toda a contribuição para o texto é bem-vinda, mas frisou que a tramitação da matéria é apenas na CCJ.

Nessa quarta-feira (2), Efraim Filho almoçou com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e apresentou o plano de trabalho da CAE sobre a **reforma tributária**. O senador afirmou ao Valor que o ministro se colocou à disposição do colegiado e se comprometeu a enviar os mesmos dados à CAE que serão enviados para a CCJ.

Também nessa quarta, Rodrigo Pacheco esteve reunido com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), e do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), para tratar da **reforma tributária**. Os principais pontos nas conversas foram relativos ao Conselho Federativo e ao Fundo de Desenvolvimento Regional.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/edition/187621?page=1#/edition/187621?page=1§ion=1>

O Brics não conseguiu avançar além do simbolismo, diz O'Neill

O Brics voltou aos holofotes nas últimas semanas. De um lado, o governo Lula tenta fortalecer o bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, retomando sua política externa de outros mandatos. Do outro, China e Rússia buscam apoio na contraposição aos Estados Unidos e à Europa, em meio à invasão da Ucrânia e à guerra comercial com o governo americano. Um passo importante nessa direção está marcado para os próximos dias 22 a 24, na cúpula de líderes do grupo, em Joanesburgo, quando deve ser decidida a adesão de 13 países: Arábia Saudita, Irã, Indonésia, Argentina, Bangladesh, Cazaquistão, Comores, Cuba, Egito, Emirados Árabes Unidos, Gabão, Guiné-Bissau e Congo.

Para Jim O'Neill, que em 2001 criou o acrônimo Bric - o grupo foi pensado por ele sem a África do Sul, adicionada em 2011 após pressão da China -, no entanto, aumentar o número de países-membros "não faz muito sentido e, muito provavelmente, tornará o bloco uma força ainda menos eficaz". Em entrevista por e-mail ao Valor, ele afirma que, antes de aceitar os pedidos de adesão, o grupo deveria calcular "quais problemas eles vão trazer, tornando a vida mais difícil."

O economista britânico critica duramente as nações emergentes do bloco, que haviam sido apontadas por ele como grandes promessas de crescimento no mundo. Ao idealizar o acrônimo, O'Neill previu que os quatro países juntos teriam um Produto Interno Bruto (PIB) tão grande quanto o do G-6 (o G-7, grupo das principais economias ricas, menos o Canadá). Desde então, com exceção de China e Índia, esses países acumulam taxas de expansão pouco expressivas e políticas econômicas erráticas, quadro agravado no ano passado pela invasão da Ucrânia pela Rússia. "O Brics fortaleceu seu simbolismo superficialmente. Em termos de conteúdo, é decepcionante", ataca O'Neill.

Aposentado do posto de vice-presidente da área de pesquisa do banco Goldman Sachs em 2013 e ex-secretário do Tesouro do Reino Unido, o economista atualmente é consultor do think tank britânico Chatham House, focado em relações internacionais no Reino Unido, e também não parece satisfeito com os países ricos: ele critica o descontrole da **inflação** e a dominância do dólar no mercado internacional.

Do Brasil, especificamente, reclama da falta de

estímulos ao investimento privado para reduzir a dependência das commodities e diz que o país perdeu o bonde do bônus demográfico. Mas diz que a recente melhora na avaliação das agências de classificação de risco Fitch e Standard Poor's podem ajudar a impulsionar a economia brasileira: "Espero que sim, porque o Brasil não pode ficar pior do que nos últimos dez anos." Leia a entrevista concedida ao Valor:

Valor: Como o senhor vê o Brics no pós-pandemia?

Jim O'Neill: Acho que o Brics, como bloco, fortaleceu seu simbolismo superficialmente, e nada mais do que isso. Em termos de conteúdo, é decepcionante. Economicamente, a China tem sido bastante frustrante, na verdade, bastante preocupante. Rússia e Brasil têm sido um pouco desastrosos desde 2010-2012, quando os preços das commodities atingiram o pico. A Índia tem se saído bem, apesar de ser ela mesma. A África do Sul é quase uma vergonha.

Valor: O Brics nunca teve muita expressão política, era apenas um grupo de países com potencial de crescimento. Mas agora, num mundo dividido pela guerra comercial entre EUA e China, o governo chinês busca aumentar o bloco com 13 novas adesões. É uma tentativa de contraposição ao G-7? Se sim, qual é a chance de sucesso?

O'Neill: Sem um objetivo definido e critérios claros sobre quem e porque, qual é o propósito por trás de qualquer expansão? Não faz muito sentido e, muito provavelmente, tomará o bloco uma força ainda menos eficaz, a não ser pelo simbolismo de ser um clube sem os Estados Unidos.

Valor: Quais deveriam ser esses critérios? O Irã e a Arábia Saudita estão na lista, por exemplo.

O'Neill: Os critérios deveriam ser o tamanho do **PIB**; o tamanho de sua população; o que esses países trarão de melhorias para os membros atuais; e quais problemas eles vão trazer, tornando a vida mais difícil.

Valor: México, Chile e Colômbia na América Latina, além de Malásia e Vietnã na Ásia já são tratados como a Nova China. Como o senhor vê esses novos países no foco dos alocadores internacionais?

O'Neill: A maioria desses países tem sido

decepcionante, com exceção do Vietnã, francamente.

Valor: Essas nações então estão fadadas a continuarem pobres, para sempre "em desenvolvimento"?

0"Neill: A Coreia do Sul é provavelmente o melhor exemplo do mundo de como escapar à armadilha do rendimento médio baixo ou baixo. Os outros países, especialmente os produtores de matérias-primas, como o Brasil, a Rússia e a África do Sul, precisam estudar cuidadosamente como a Coreia do Sul conseguiu isso, e levar a sério as reformas.

Valor: Como o sr. vê o novo modelo econômico da China, focado na "common prosperity" (prosperidade comum, desenvolvimento baseado na eliminação da pobreza e na diminuição da desigualdade social, em que o consumo interno substitui as exportações e os investimentos como propulsor do crescimento)? Qual será o custo dessa virada para a economia do país e do mundo? A China ainda pode ser a maior economia do mundo em dez anos?

0"Neill: Eu não entendo isso! Parece apenas uma retórica. Eles precisam voltar a levar sério os estímulos ao consumo doméstico. Se não o fizerem, francamente, a China terá muito mais dificuldades do que nos últimos 30 anos. O país não conseguirá ser o maior do mundo, a menos que seu consumo doméstico acelere significativamente.

Valor: Se China vai enfrentar muitos desafios daqui para frente, quem será o motor da economia mundial nos próximos anos?

0"Neill: Bem, a China certamente vai fazer algo significativo para impulsionar seu consumo interno em algum momento. Se não o fizer, poderá ter muitos problemas. E, se não for bem-sucedida, o mundo vai crescer menos, dado o enorme impulso positivo vindo do país asiático nos últimos 25 anos. A Índia, no entanto, desempenhará um papel cada vez maior, especialmente depois de 2030, quando sua economia será maior que a da Alemanha.

Valor: Até onde vai a guerra entre a China e os EUA? Como o Brasil deve se posicionar?

0"Neill: Tenho a impressão de que, mais recentemente, cada um está tentando estabilizar a relação. O Brasil definitivamente não deve se posicionar. Deve cuidar de si mesmo e fazer o que é certo para o Brasil.

Valor: O que acendeu o sinal de alerta para os EUA e a China de que era hora de estabilizar a relação?

0"Neill: As consequências negativas para os dois países e para a economia mundial.

Valor: Sendo cada vez mais concentrado em commodities, como o Brasil pode se beneficiar dessa reorganização das cadeias de produção globais (nearshoring, friendshoring) provocada pela guerra comercial entre EUA e China?

0"Neill: O Brasil precisa, como eu tenho dito há 20 anos, parar de ser tão dependente de commodities. Precisa aumentar os investimentos do setor privado.

Valor: Como o senhor avalia o início do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva?

0"Neill: Não tenho certeza ainda. Muita retórica fácil.

Valor: O país tem em tramitação no Congresso um novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária**. Com o ciclo de cortes de juros prestes a começar, quais são as suas perspectivas para o Brasil?

0"Neill: O Brasil precisa restaurar o arcabouço das administrações [Fernando Henrique] Cardoso e primeiro governo Lula, tanto em política monetária quanto fiscal, e levar a sério a poupança e o investimento do setor privado.

Valor: Dados recentes mostram que a população brasileira ficou abaixo do estimado inicialmente, e o senhor cita com frequência o bônus demográfico como determinante para o sucesso dos emergentes. O Brasil perdeu esse bonde?

0"Neill: Sim, sem uma grande melhoria na produtividade, o Brasil perdeu o bonde.

Valor: O combate à **inflação** nos países ricos tem mostrado as limitações dos bancos centrais e há sinais de que o mundo vai entrar em recessão para segurar os preços. O sistema de metas ficou ultrapassado no pós-pandemia?

0"Neill: Talvez entre em recessão, não tenho certeza. Eles precisam conter a **inflação**. Foi um erro deixá-la sair do controle. Acho que há alguma justificativa para questionar se uma única meta de **inflação** é suficiente, e talvez os bancos centrais devessem ter metas monetárias como alvo secundário. Também sou um grande fã de metas de **PIB** nominal com uma meta de **inflação**.

Valor: O senhor é um crítico da dominância do dólar no mercado internacional. Qual é a saída para o sistema monetário refletir melhor as mudanças no mundo?

0"Neill: É absurda a dominação do dólar, mas, a menos que China e Índia possam cooperar e qualquer uma delas, junto com a zona do euro, abrir seus mercados financeiros para permitir que centenas de milhões de pessoas invistam dentro e fora de suas moedas, isso ainda será assim no futuro.

Valor: Fitch e S P revisaram suas avaliações do Brasil recentemente. A primeira elevou a nota e a segunda colocou em perspectiva positiva. Pode ser um novo impulso para a economia brasileira?

0"Neill: Espero que sim, porque o Brasil não pode ficar pior do que nos últimos dez anos! Mas o país precisa fazer mais reformas, especialmente para incentivar o investimento doméstico que não seja em commodities.

"Uma expansão do Brics não faz muito sentido e tornará o bloco uma força ainda menos eficaz."

"O Brics fortaleceu seu simbolismo de forma superficial. Em termos de conteúdo, decepciona"

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/?/edition/187621?page=1
#/edition/187621?page=1§ion=1](https://valor.globo.com/virador/?/edition/187621?page=1#/edition/187621?page=1§ion=1)**

Reforma Tributária: Lira deve levar texto a Pacheco hoje, formalizando início da tramitação no Senado

Por Victoria Abel - Brasília

O texto da **Reforma Tributária** deve ser entregue formalmente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), nesta quinta-feira.

A afirmação foi feita ontem pelo relator da proposta, Eduardo Braga (MDB-AM), que defendeu a criação de uma alíquota mínima dos dois **tributos** resultantes da fusão de cinco **impostos** sobre o consumo prevista na reforma para evitar uma guerra fiscal sob o novo regime de **impostos**.

- Lira está com a intenção de vir ao Senado entregar formalmente o texto ao presidente Rodrigo Pacheco. A partir daí, começará a tramitação da reforma - disse Braga.

A previsão é que o texto seja votado no Senado até o fim de outubro.

Braga defendeu, além da instituição de uma alíquota máxima para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual (que se dividirá entre CBS e IBS como resultado da fusão de ISS, ICMS, IPI, PIS e Confins), uma alíquota mínima para que o novo sistema de **impostos** não acabe em uma guerra fiscal.

- É óbvio que ainda não está discutido com o colégio de líderes, mas na minha visão deveria haver um comando de alíquotas mínimas e máximas no texto constitucional. Mínimas, porque existe uma coisa chamada guerra fiscal, e se eu não estabelecer alíquotas mínimas, eu desequilíbrio o sistema tributário.

Alguns senadores têm defendido a diminuição do tempo de transição para arrecadação da origem para o destino. O relator Eduardo Braga, porém, afirma que um intervalo menor pode prejudicar estados menos preparados.

- É prematuro falar em transição mais curta. Em regiões mais maduras sim, onde a questão da origem e destino não é preocupante, sim. Mas em regiões que

não estão com essa situação resolvida, a perda de arrecadação é muito profunda. Talvez não se consiga fazer uma transição igual em todas as regiões. Mas como o tributo será nacional, tem que valer quando todos estiverem em condições

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/08/03/reforma-tributaria-lira-deve-levar-texto-a-pacheco-hoje-formalizando-inicio-da-tramitacao-no-senado.ghtml>

Lula é aconselhado a acelerar reforma ministerial para não comprometer pautas econômicas

Brasília

/
Augusto Fernandes, do R7, em Brasília

Com o retorno dos trabalhos do Congresso Nacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) passou a ser aconselhado por integrantes do governo a não retardar o processo de **reforma ministerial** que foi prometido por ele antes do recesso parlamentar. A avaliação do Palácio do Planalto é de que uma eventual demora pode incomodar os partidos políticos que querem ingressar na gestão, o que levaria as legendas a não votar projetos de interesse do governo, sobretudo, da equipe econômica.

Partidos do centrão têm cobrado mais espaço na Esplanada dos Ministérios e em órgãos públicos de maior relevância para o Executivo em troca de garantir governabilidade a Lula no Congresso. As legendas desejam pastas como Esportes, Saúde e Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, mas Lula ainda não definiu quais ministérios vai entregar ao centrão. Outras instituições que estão na mira são a Caixa Econômica Federal e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Em live nas redes sociais nesta semana, Lula disse que não vai fazer "a política do 'é dando que se recebe'".

A minha relação com o Congresso é a melhor possível. E eu não vou fazer simplesmente a política do 'é dando que se recebe', como alguns pensam. Eu vou fazer um acordo político de governabilidade nesse país.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT), presidente do Brasil

Segundo o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), o presidente "está matutando como

é que faz para ter o melhor custo-benefício político".

"É o tipo de coisa que é meio solitária a decisão. Como ela [a reforma] não é ampla, ela é específica para um determinado fim - que é correto, de tentar ampliar e pacificar a base tanto na Câmara, mais na Câmara, e no Senado também -, evidentemente, para dar, você tem que tirar. E quando vai tirar sempre é confusão. Não posso dizer se está perto ou se está longe, porque quem está matutando nisso é o presidente", disse o senador em entrevista à imprensa.

Até o fim deste mês, o governo espera a aprovação de ao menos dois temas:

o projeto do chamado marco fiscal, norma que define novas regras para as contas públicas do país; e

a proposta de emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**.

O primeiro item é mais urgente para o Executivo, que aguarda o aval do parlamento às mudanças na regra fiscal para elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024. O documento tem de ser enviado ao Congresso até 31 de agosto.

O texto do arcabouço já foi aprovado na Câmara em maio, mas precisa de uma nova votação dos deputados, porque a redação passou por alterações no Senado. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ainda não definiu uma data para que a proposta seja analisada no plenário. Na quarta-feira (2), ele conversou com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e disse que vai marcar uma reunião com líderes partidários para discutir a melhor data.

De todo modo, de acordo com Haddad, se depender de Lira, a Câmara não vai dificultar a votação da proposta. "Nós devemos ter nos próximos dias o arcabouço votado. Talvez na semana que vem ainda. Mas ele não se comprometeu com prazo, porque precisa reunir os líderes. Mas ele falou que não vai esperar nada", disse.

"Não tem nenhum constrangimento em relação ao governo. Ele não vai esperar nenhuma ação do

governo para votar, deixou claríssimo isso. Até porque ele sabe a importância de definir as regras do Orçamento do ano que vem. Não tem Orçamento do ano que vem sem essa matéria votada", acrescentou Haddad.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/lula-e-aconselhado-a-acelerar-reforma-ministerial-para-nao-comprometer-pautas-economicas-02082023>

"The Economist" aponta otimismo de investidores internacionais sobre o Brasil

Por Agência O Globo - Rio de Janeiro

A revista britânica "The Economist", uma das mais respeitadas no mundo na cobertura de temas econômicos, publicou hoje em seu site uma reportagem apontando a melhoria das perspectivas econômicas do Brasil no primeiro ano do terceiro mandato do presidente Lula do ponto de vista dos investidores internacionais.

Com um antetítulo que pergunta: "Poderia ser... uma decolagem?" - o que pode ser lido como uma referência à famosa capa com o Cristo decolando em 2009, no fim do segundo mandato de Lula -, o texto registra o crescente otimismo de investidores em relação à economia brasileira, num clima bem diferente ao que antecedeu a posse do petista, em janeiro deste ano.

O texto descreve Fernando Haddad como um "ministro eficiente" e destaca como ponto positivo a autonomia do Banco Central (BC) para conduzir a política monetária e conter a **inflação**, apesar dos ataques de Lula ao presidente do BC, Roberto Campos Neto.

A revista destaca a melhora na avaliação de agências de classificação de risco sobre o Brasil e atribui parte dessa nova visão das perspectivas econômicas do país a fatores que "não estão sob controle de Lula". O contexto internacional marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia beneficiou a exportação de grãos do Brasil, já que os dois países em conflito são grandes produtores de alimentos.

Segundo a publicação, a guerra reduziu a oferta de alimentos no momento em que a China encerrava as restrições provocadas pela covid-19, puxando a demanda por grãos. O aumento da exportação de soja pelo Brasil, segundo estimou a revista, poderá responder por um quinto do crescimento econômico do país neste ano, o que eleva o saldo da balança comercial brasileira e favorece a valorização do real frente ao dólar.

A "Economist" também registra que a perspectiva de redução das taxas de juros nos EUA no ano que vem e as tensões crescentes entre a maior economia do mundo e a China estão levando muitos investidores a procurarem outros mercados emergentes para investir.

No ano passado, o Brasil recebeu US\$ 91 bilhões em investimentos diretos do exterior, o dobro do ano anterior, segundo a publicação, que traz declarações de analistas apontando que a visão internacional sobre o Brasil hoje é bem diferente do que foi nos últimos dez anos.

Autonomia do BC ajuda

Um dos pontos que, segundo a revista britânica, ajudam nessa percepção é a autonomia do Banco Central. A Economist registra que a **inflação** caiu de 12% anuais em abril do ano passado para 3,2% agora, sem que a autoridade monetária hesitasse em manter a taxa de juros em 13,75% mesmo sob intenso ataque de Lula, culpando Campos Neto pelo baixo crescimento econômico.

Avanço das reformas

Mas, segundo o artigo, o principal fator positivo para os investidores é a agenda de reformas do ministro Fernando Haddad, como o novo arcabouço fiscal e a **Reforma Tributária**. "Até mesmo os que são mais céticos acreditam que a dívida do Brasil provavelmente ficará sob controle", diz o texto.

A revista adverte que a aprovação final das reformas no Congresso não é garantida, dada a fragilidade da base parlamentar do governo. E cita como exemplo a influência de lobbies que buscam exceções na **Reforma Tributária** para setores, empurrando para cima a futura alíquota do imposto sobre valor agregado resultante da fusão de **impostos** sobre o consumo.

Também avalia como frágil o plano de equilibrar contas públicas elevando despesas e arrecadação, embora registre que a ministra do Planejamento, Simone Tebet - descrita como uma "moderada na cúpula do governo" - se diz disposta a fazer cortes orçamentários para perseguir as metas fiscais do novo marco fiscal.

Por outro lado, destaca o grande potencial que o país tem em projetos de transição energética. Menciona os abundantes recursos do país para produzir energia limpa e como Lula tem falado sobre sua ambição de tornar o país uma potência verde.

Histórico de decepções

O artigo termina alertando o leitor de que a história recente do Brasil aconselha cautela quando se avalia o potencial do país, já que frequentemente ele decepciona, sempre ficando atrás de potências emergentes como China e Índia. E deu como exemplo a baixa produtividade do país, que só cresceu na agricultura em três décadas.

"O cenário global e os sucessos de Haddad estão aumentando o otimismo dos investidores agora. Mas será necessária uma política boa e consistente para reverter a tendência de longo prazo do Brasil", conclui a revista.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/08/03/the-economist-aponta-otimismo-de-investidores-internacionais-sobre-o-brasil.ghtml>

Renan antecipa disputa pelo Congresso - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

Depois de o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dizer em entrevista ao programa Roda Viva que "se antecipar (a sucessão a Câmara) vão criar problema comigo", o senador Renan Calheiros (MDB-AL) defendeu que o MDB tenha candidato a presidente do Senado. O senador vai mais longe, ao dizer que seu partido pode, inclusive, fechar um acordo com o PSD, para que o partido de Gilberto Kassab concorra à Presidência da Câmara, com o deputado Antônio Brito (PSD-BA).

"O MDB tem que ter candidato. Não temos problema de escassez de quadros. A gente tem excesso. O mais competitivo deve ser o candidato. Numa eleição em dois turnos, o MDB tem que ter candidato", afirmou Renan à coluna. E Davi Alcolumbre (União-AP), o pré-candidato colocado desde já? "Há a possibilidade, mas essas coisas são conciliáveis".

Em tempo: juntos, MDB e PSD somam 27 senadores, ou seja, um terço da Casa e uma largada para ninguém botar defeito. Renan, pelo visto, acaba de criar problema com Lira.

Armou...

Os aliados de Lira planejam pedir ao relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União-CE), que retome as chamadas RP9, as emendas de relator, vulgo orçamento secreto. Falta combinar com o governo, que não quer saber dessa história.

... e se deu mal

Até aqui, a ideia do relator da LDO é ficar longe dessa confusão. "Quero um orçamento transparente e participativo. Não tem mais orçamento secreto", garantiu Forte à coluna.

Travou geral

O governo está disposto a só fechar o desenho da **reforma ministerial** quando a Câmara votar o arcabouço fiscal. Não dá para cair no toma lá dá cá do Centrão num tema tão importante como esse.

CURTIDAS

Cajado depende de Lira/ "Só estou esperando o presidente marcar para apresentar meu relatório na reunião de líderes", diz o relator do arcabouço fiscal, deputado Claudio Cajado (PP-BA, foto).

Quem tem amigo, tem tudo/ Em menos de 15 minutos, a senadora Eliziane Gama (PSD-MA) conseguiu com que seu irmão, Eliel Gama, presidente do Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão (INMEQ) obtivesse empenhos no Orçamento para atender a instituição. Bastou um telefonema do líder do PSD, Omar Aziz (AM), ao pessoal que cuida das emendas.

E os juro, hein?! O voto do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, em favor da redução de 0,5% da taxa Selic, arrefeceu a vontade dos políticos de catapultá-lo do cargo mais cedo. Já havia um grupo de senadores interessado em investir contra a permanência do presidente da autoridade monetária. Agora, essa poeira vai baixar.

Área nobre/ Senadores do Podemos e de outros partidos vão requerer a instalação de uma comissão permanente da mineração no Senado. O tema ganha a cada dia mais relevância para o Brasil, especialmente com a exploração de jazidas de metais estratégicos na área de tecnologia, como o lítio, usado na fabricação de baterias de celulares e carros elétricos.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/03/all.pdf>

Arcabouço atrelado à reforma ministerial

Rafaela Gonçalves, Raphael Felice

As negociações para a tramitação do arcabouço fiscal estão atreladas, definitivamente, à **reforma ministerial** - conforme asseguram interlocutores do governo e do Centrão no Congresso. Prova disso é que, na reunião de líderes, na terça-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a votação do novo marco fiscal ficará para o fim do mês - mesmo período que devem ser feitas as trocas no primeiro escalão do governo.

O deputado, porém, deu a entender que o prazo para levar o arcabouço ao Plenário pode se estender para depois de agosto.

Basta que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tome decisão sobre as mudanças ministeriais até a virada do mês.

Ontem, Lula comentou as negociações com "os partidos" que querem entrar no governo - como PP e Republicanos -, mas, novamente, negou acordo com o Centrão "como um todo". No Congresso, governistas disseram que "o acordo está próximo", mas não dão prazos.

"Ainda não temos uma data, mas tudo está caminhando bem", garantiu a deputada Maria do Rosário (PT-RS).

Parlamentares do Centrão avaliam que uma tendência é de que as mudanças fiquem para o retorno de Lula de uma série de viagens pelo país. A partir de amanhã, ele visita cidades da região amazônica e, dias 8 e 9, participa da Cúpula da Amazônia, em Belém. O presidente tem, ainda, uma ida ao Rio de Janeiro, entre 10 e 11 de agosto, para o lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Com isso, as trocas na Esplanada devem começar a ser executadas a partir do dia 14.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por sua vez, negou que a tramitação do arcabouço esteja atrelada à reforma.

Após encontro com o presidente da Câmara, disse que Lira negou o adiamento e que as discussões da **reforma ministerial** não interferem na tramitação da matéria.

"Ele falou: "Não tem nada a ver arcabouço fiscal com

mexida em ministério, absolutamente.

Não tem nada a ver uma coisa com a outra". Sabemos que temos aí o compromisso de votar o arcabouço até em virtude do fechamento do orçamento. Não tem como mandar o orçamento sem a nova regra fiscal aprovada", disse Haddad.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Votação do arcabouço está atrelada à **reforma ministerial**

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/03/all.pdf>

Lula x Lira - MALU GASPAR

MALU GASPAR

Já fez "mesversário" a negociação para a entrada da trupe de Arthur Lira no governo Lula. A conversa começou animada e com o PP confiante, reivindicando uma cesta de cargos em que o Ministério da Saúde ocupava o topo das prioridades. Lula mandou dizer que nada feito. A pretensão foi mudando, e agora o partido quer a presidência da Caixa e mais um ministério, de preferência o do Desenvolvimento e Assistência Social. Nos dois casos, os nomeados seriam parceiros incondicionais do presidente da Câmara: a ex-deputada federal Margarete Coelho, do PP do Piauí, que iria para o banco estatal, e o deputado André Fufuca, do PP do Maranhão, a quem caberia o ministério.

Depois de um julho de muita conversa e telefonemas entre Lula e Lira intermediados pelo ministro Alexandre Padilha, o Congresso voltou do recesso contando que o chefe do Centrão e o do Planalto se reuniriam logo nos primeiros dias de agosto para desfazer o impasse. Pois agosto começou, os parlamentares desembarcaram em Brasília, Lula analisou as propostas de Padilha para acomodar os interesses de todos na reforma ministerial e... nada aconteceu.

O presidente atrasou quanto pôde a conversa com Lira, prometida para hoje, e vem fazendo mistério sobre como pretende acomodar o Centrão no governo. Contrariado, o presidente da Câmara convocou na terça-feira uma reunião de líderes com a presença dos petistas Zeca Dirceu e José Guimarães para dizer que, enquanto as trocas na Esplanada dos Ministérios não forem definidas, não se vota nada na Câmara. Auxiliares contam que Lula se irritou. Mas, em público, deu de ombros, enquanto os nervos de aliados de Lira fritavam nos bastidores.

Pode-se classificar essa demora de muitas maneiras, menos como hesitação. Lula não gosta de Lira e gosta menos ainda da ideia de ser seu refém político. Antes mesmo da posse, convencido de que não tinha poder para derrotá-lo na eleição para a presidência da Câmara, aceitou não lançar um candidato alternativo para não pôr em risco a aprovação da PEC da Transição. Considera, porém, que pagou caro pela decisão - a criação das CPIs do 8 de Janeiro e do MST e a derrota na tentativa de mudar o marco do saneamento são parte da fatura - e não quer continuar pendurado em Arthur Lira para sempre.

Para se livrar desse fardo, Lula precisa primeiro demonstrar ao Congresso que o poder de Lira tem limites e que quem os define é ele, o presidente da República. Não foi por outra razão que Lula já disse mais de uma vez que "o Centrão não existe" e afirmou também que só conversa sobre mudanças em ministérios com os presidentes de partidos - e não com "esse amontoado que vocês chamam de Centrão". Um claro recado para Lira, que maneja com orgulho e mão firme o tal "amontoado".

Esse movimento é essencial para fazer deslanchar a segunda etapa da estratégia - criar condições para que o governo tenha um aliado disputando a sucessão de Lira em 2025, quando termina seu mandato. Candidatos não faltam, e o Planalto está avaliando todos eles. Nos bastidores, auxiliares próximos de Lula não escondem que a escolha dos novos ministros levará em conta o fator Câmara.

Lira, por sua vez, não pode mais disputar a reeleição, mas precisa garantir que um aliado ocupe seu lugar. Sem controlara distribuição de emendas e votações importantes, ele fatalmente deixará de ser o todopoderoso do Congresso para ser mais um no "amontoado". Isso pode tomar muito difícil, e talvez inviável, seu plano de concorrer ao Senado por Alagoas em 2026 contra o clã do arquirrival Renan Calheiros, pai do ministro dos Transportes e aliado histórico de Lula.

Lira não ignora o jogo do presidente da República, mas já topou entrar nele. Tratou de enviar seus próprios recados na entrevista que deu ao "Roda viva" na última segunda-feira. Primeiro, disse que quem garante os votos do PP para as pautas de interesse do governo é ele, e não Ciro Nogueira, presidente do partido e ex-ministro de Jair Bolsonaro. Depois, disparou:

-A (minha) sucessão não está aberta. O primeiro que botar a unha de fora vai arrumar problema comigo, porque eu nunca fiz isso com ninguém, não é justo. Nós ainda temos um ano e seis meses para o fim do mandato de presidente da Câmara. Nós vamos exercer.

O desafio está lançado, e o embate é inevitável. Do resultado depende o destino de Lula e Lira-e, por tabela, o nosso.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pacheco com governadores

Raphael Felice

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniu, ontem, com os governadores Eduardo Leite (PSDB), do Rio Grande do Sul, e Renato Casagrande (PSB), do Espírito Santo, para tratar da **reforma tributária**.

Os dois gestores afirmaram ver com bons olhos as mudanças no sistema tributário brasileiro, mas trabalham para adequar pontos do texto que sejam positivos para seus estados.

Os tópicos que provocam críticas de ambos se referem ao Fundo de Desenvolvimento Regional e ao Conselho Federativo.

"A reforma é fundamental para o país e tem o nosso apoio, mas precisamos que o Senado tenha uma atenção especial a alguns temas", disse Leite. "Falamos sobre a formação do Conselho Federativo, a composição do Fundo de Desenvolvimento Regional e os incentivos dados a determinados setores em algumas regiões que desequilibram as relações federativas. Vamos trabalhar intensamente nessa articulação para garantir uma reforma que seja boa para todos", complementou.

Casagrande também falou sobre ajustes. Ele justifica que os estados mais populosos contam com benefícios devido ao funcionamento do próprio sistema tributário.

"Somos favoráveis às mudanças no sistema tributário brasileiro, mas queremos ainda ajustar alguns pontos de interesse do meu estado aqui no Senado.

Trouxemos a primeira conversa, primeiro relatório com relação à governança do Conselho Federativo", relatou. "Compreendemos que na Câmara foi excessivo o peso dado à população. Pode equilibrar por região a governança do conselho, vai ser mais justo, porque o sistema tributário já é, em sua essência, um benefício aos estados mais populosos.

Eles são mais atrativos a investimentos e empreendimentos", acrescentou.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/03/all.pdf>

Quadrilha do falso precatório está presa

Darcianne Diogo

Audaciosos e articulados, criminosos residentes no Ceará foram alvo de uma operação desencadeada pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), que investiga a aplicação do golpe do precatório. Duas pessoas foram presas e uma está foragida.

O precatório é uma requisição de pagamento de determinada quantia que uma pessoa ganha em um processo na Justiça contra municípios, estados e/ou União. Valendo-se disso, os criminosos se associaram para aplicar os golpes em todo o país. No Distrito Federal, as investigações começaram depois que três moradores de Taguatinga foram vítimas dos estelionatários.

Os investigadores da 17ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Norte) viajaram até o município cearense de Maracanaú, onde o grupo mora. A operação contou com o apoio da Polícia Civil do Estado do Ceará (PCCE).

Como agiam

Delegado à frente do caso, Thiago Boeing explica que o grupo atuava em todo o Brasil. "Eles entravam em contato com vítimas pelo WhatsApp e encaminhando um comprovante de liberação do precatório. Em seguida, quando a vítima respondia, eles passavam falsas informações", afirmou.

Os criminosos orientavam as vítimas a entrar em contato com o escritório de advocacia para a liberação dos valores, mas na verdade o plano fazia parte do golpe. Quando a vítima retornava o contato, os autores confirmavam a liberação e redirecionavam ela para outro golpista, que se passava como funcionário do Tribunal de Justiça e solicitava pagamento de supostos **impostos** para liberação do precatório.

No decorrer da investigação foi constatado que os criminosos também atuavam nos estados de São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul com o mesmo modus operandi. Agora, a polícia vai analisar o material apreendido durante as buscas e contabilizar as vítimas para estimar um prejuízo.

Os autores poderão responder pelos crimes de estelionato ("fraude eletrônica") e associação criminosa. Se condenados podem pegar mais de vinte anos de prisão.

Professores

Em março, a PCDF, sob coordenação do delegado Thiago Boeing, desencadeou uma outra operação em Maracanaú, também contra um grupo acusado de aplicar o golpe do precatório. À época, a polícia identificou mais de 100 professores do DF que foram vítimas da quadrilha.

As investigações revelaram que o prejuízo chegou a cerca de R\$ 4 milhões. A apuração policial começou ainda no final de 2021, após uma professora procurar a delegacia para relatar que havia recebido ligações de supostos servidores do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro). Por telefone, os golpistas informaram à docente sobre a liberação de um precatório e a orientaram a entrar em contato com um número que seria do Núcleo de Precatórios do Tribunal de Justiça do DF (TJDFT).

Após a vítima ligar para o suposto Núcleo, era orientada a fazer depósitos em contas bancárias para a liberação dos precatórios. Três pessoas foram presas.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/03/all.pdf>

O risco de um IVA com maior alíquota do mundo (Artigo)

Felipe Salto

Felipe Salto ECONOMISTA-CHEFE E SÓCIO DA WARREN RENA, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DE SÃO PAULO

*

A Câmara dos Deputados aprovou a PEC n.º 45/2019 antes do recesso parlamentar.

Agora, o Senado poderá, como fez no caso do novo arcabouço fiscal, apresentar emendas. Outro caminho é a alteração mais expressiva por meio da chamada emenda aglutinativa. Vou abordar, neste artigo, um dos oito problemas que apontei na coluna da quinzena passada: as exceções e seus impactos na alíquota do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA).

O objetivo da reforma é substituir cinco **tributos** sobre bens e serviços por um imposto que se aproxime de um IVA não cumulativo e no destino (consumo final). Para viabilizar a aprovação na Câmara, optou-se pelo IVA dual: a CBS, em substituição à Confins e ao PIS; e o IBS, em substituição ao ICMS e ao ISS. Já o IPI será substituído pelo imposto seletivo, incidente sobre bens prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Noves fora o festival de letras, a descrição acima é a essência da reforma que se pretende empreender desde há muito.

Entretanto, o maior risco está no rumo que a proposta tomou.

É preciso destacar que os cinco **tributos** a serem substituídos arrecadam 12,5% do **PIB** (média de 2017 a 2021), algo como R\$ 1 trilhão. O diabo mora nos detalhes e, no caso em tela, dá as caras logo no caput de cada artigo da PEC.

Um dos muitos desafios é conter os grupos de interesse que pressionam por tratamento diferenciado. Quanto mais exceções, maior será a alíquota somada do IBS e da CBS para gerar 11,8% do **PIB** (12,5% menos 0,7% de IPI). O mesmo raciocínio vale para a sonegação.

Assumamos que a base de cálculo somada dos dois IVAs seja de cerca de 62% do **PIB**, isto é, o tamanho

do consumo das famílias, de acordo com o IBGE. Não é essa exatamente a base, mas a aproximação é boa. Se não houvesse exceções ou sonegação, a alíquota somada do IBS e da CBS seria de 19% (11,8% dividido por 62%), de modo direto.

Mas há vazamentos da base, com sonegação e exceções. Simulemos.

Se a base corresponder a 80% dos 62% do **PIB**, conforme nossos cálculos, a alíquota já subiria a 23,6%. Se houver também a intenção de compensar a receita do IPI, a alíquota saltaria a 25%. Com perda de 40% da base, a alíquota avançaria para 33,5% (com IPI). Uma alíquota de 25% já seria uma das maiores do planeta. Isso para os pobres mortais não contemplados em exceções e quotas.

O texto da Câmara é o monstro para o qual chamei a atenção aqui, no Estadão: alíquotas reduzidas (artigo 9.º da emenda constitucional), regimes específicos (artigo 156-A, § 5.º, inciso V) e regimes favorecidos (artigo 146, §§ 2.º e 3.º e artigo 92-B do ADCT). Qual a alíquota que resulta de tudo isso? Ninguém diz. O senador Eduardo Braga cobra as contas e o Ministério da Fazenda diz que dará informações durante a tramitação no Senado. Convido o corajoso leitor a ver os dispositivos citados.

Conheceremos a vítima em cada nota fiscal, ao pagar mais caro pelo bem ou serviço.

Isso sem falar nos demais problemas do texto, os quais retomo para detalhar nos próximos artigos. Começando pelo artigo 20, que vai de encontro ao espírito da proposta: autoriza cada Estado a criar contribuição incidente sobre produtos primários ou semielaborados.

Outro problema são os prazos de transição. O processo inicia-se só em 2029, com redução da alíquota para 90% do percentual previsto na legislação, compensada por alíquota do IBS capaz de compensar a receita perdida.

Em 2032, último ano de existência do ICMS e do ISS, as respectivas alíquotas ainda corresponderão a 60% das previstas na legislação. Isto é, não tem destino, não tem não cumulatividade e não tem simplificação ao menos até 2032. Ao contrário, complica-se o

sistema ainda mais até lá.

Observem que a alíquota do IBS já começará em 0,1%, em 2026, três anos antes da transição, para financiar os custos do Conselho Federativo. Ademais, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) receberá aportes crescentes da União, a partir de 2029. Em 2032, com alíquotas ainda elevadas de ISS e ICMS, o aporte estará em R\$ 32 bilhões.

Esse fundo foi introduzido como contrapartida da União para que os Estados aceitassem a reforma. Na primeira versão do texto já com o fundo, a transição do ICMS e do ISS era mais alinhada com os aportes, mas, no texto aprovado, há um considerável descasamento, o que incentivará a postergação do prazo para encerrar esses **tributos**.

Bastaria promulgar uma mudança constitucional em 2032. Para não falar no Fundo de Compensação de Incentivos Fiscais.

Coroando a lambança, a União compromete-se a compensar os benefícios de ICMS que se enquadrarem nos requisitos estabelecidos; sem restrição!

Os benefícios já ultrapassam os R\$ 200 bilhões neste momento.

Apertem os cintos, contribuintes e consumidores. Alguém pagará a conta.

Por sua vez, o Conselho Federativo será uma entidade para regulamentar, administrar, partilhar e fiscalizar o IBS. Vai, ainda, dirimir conflitos federativos, vejam vocês. Qualquer Estado será menos importante que esta aberração constitucional.

O ministro Fernando Haddad pediu que o Senado "limasse" o texto da Câmara. Nada garante um resultado final com efeito econômico positivo de longo prazo. Eis o maior desafio da Casa da Federação em décadas. I

*

Quanto mais exceções, maior será a alíquota somada do IBS e da CBS para gerar 11,8% do **PIB** (12,5% menos 0,7% de IPI). O mesmo raciocínio vale para a sonegação

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Caixa vai transferir R\$ 12,6 bi ao Tesouro após erro

A Caixa Econômica Federal irá pagar R\$ 12,6 bilhões ao Tesouro Nacional em virtude da identificação de depósitos judiciais que já deveriam ter sido repassados aos cofres da União. O valor já consta nas previsões de receitas do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento. A Caixa abriu apuração interna para apurar o caso.

Hoje, o déficit previsto nas contas públicas é de R\$ 145,4 bilhões, ou 1,4% do **PIB**, já incluindo a transferência de recursos pela Caixa. O caso foi revelado pelo jornal Folha de S.Paulo e confirmado pelo GLOBO.

De acordo com a lei, os depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, de valores referentes a **tributos** e contribuições federais administrados pela Receita devem ser efetuados na Caixa. Depois, o banco tem de repassar à Conta Única do Tesouro. O banco afirma que houve um erro.

"A Caixa informa que foi identificada situação em que, por erro nas informações prestadas pelos depositantes no ato da abertura da conta de depósito judicial, os referidos valores não tiveram a destinação prevista nas leis", diz.

O banco disse que a atual gestão informou ao Tesouro Nacional os valores relativos a depósitos judiciais que podem ser transferidos para a União assim que tomou conhecimento da situação. "A Caixa está providenciando o repasse dos valores ao órgão. Para apurar os motivos pelos quais os valores não foram transferidos anteriormente, a direção determinou a abertura de uma auditoria", completa.

Em nota, o Ministério da Fazenda disse que "trata-se de levantamento feito junto à Caixa de depósitos judiciais não transferidos anteriormente por erros nos registros, que serão regularizados neste exercício".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lei que promete facilitar vida de contribuinte é sancionada

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou com vetos a Lei Complementar n-199, que institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias.

Seguindo recomendação do Ministério da Fazenda, Lula vetou trechos da lei que previam a criação da Nota Fiscal Brasil Eletrônica (NFBe), da Declaração Fiscal Digital Brasil (DFDB) e do Registro Cadastral Unificado (RCU) para evitar aumento de custos no cumprimento das obrigações tributárias,

além de custos financeiros para a sociedade e a administração pública, devido à necessidade de evoluir sistemas e aculturar a sociedade a novas obrigações.

"Há atualmente no país um conjunto de documentos fiscais eletrônicos em pleno funcionamento, com processo natural de evolução e simplificação a ser realizado de maneira estruturada e em observância aos princípios da eficiência e da economicidade", informa a justificativa do veto.

Também foi derrubado do texto artigo que a ampliaria o número de membros participantes do Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias (Cnsoa), incluindo confederações representativas de setores econômicos, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e sociedade civil.

Segundo a justificativa para o veto, a proposição legislativa contraria o interesse público porque a Constituição e as leis tributárias outorgaram aos entes federativos competência tributária plena para instituir seus **tributos**, definir fatos geradores e alíquotas e dispor sobre a forma de constituição dos respectivos créditos.

"Assim, por mais importante que seja a participação da sociedade civil no auxílio da administração pública, como um todo, a presença de membros alheios às administrações tributárias e aos deveres de sigilo fiscal e de preservação de informações em um comitê técnico que trata de obrigações acessórias seria contrária ao interesse público."

Além disso, foram vetados trechos da lei que prevê que o Cnsoa disciplinará as obrigações tributárias

acessórias, ressalvadas as competências do Comitê Gestor do Simples Nacional. A decisão foi tomada porque, segundo a Presidência, além de contrariar o interesse público, os entes federativos poderiam perder sua autonomia para estabelecer obrigações tributárias e regulamentar como elas deveriam ser cumpridas, de acordo com as características próprias de cada um.

"A atuação de particulares no CNSOA poderia ensejar violação ao dever de sigilo fiscal e ensejar a atuação, dentro da administração tributária, de indivíduos à margem de servidores de carreiras específicas, de modo a violar, respectivamente, o disposto no inciso X do caput do art. 5- e inciso XXII do caput do art. 37, todos da Constituição", explica o despacho do presidente.

Outros trechos vetados foram: o que previa que caberia ao Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócio, juntamente com o Cnsoa, dispor sobre a criação do Registro Cadastral Unificada; que estabelecia que as entidades privadas representativas poderiam oferecer subsídios financeiros para a implementação da simplificação de obrigações tributárias acessórias prevista na lei complementar; e o que constava que o Cnsoa deveria ser constituído em até 90 dias a partir da publicação da lei complementar.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/?/edition/187621?page=1
#/edition/187621?page=1§ion=1](https://valor.globo.com/virador/?/edition/187621?page=1#/edition/187621?page=1§ion=1)

Por que o Brasil se tornou um país de baixo crescimento (Artigo)

Paulo R. Haddad

A história da economia brasileira no século 20 foi, predominantemente, uma história de crescimento econômico acelerado. De 1900 a 1980, a taxa de crescimento da economia foi de 4,9% ao ano. De 1948 a 1980, tivemos 33 anos de crescimento do **PIB** a uma taxa de 7,5% ao ano. Desde então, tornamo-nos um país de baixo crescimento. De 2001 a 2019, enquanto o **PIB** per capita da China cresceu 345% no acumulado do período, no Brasil o **PIB** per capita cresceu apenas 26%, segundo dados estatísticos do Banco Mundial.

Na verdade, o Brasil está imerso na "armadilha dos países de renda média". Segundo Phillippe Aghion, um dos maiores especialistas em teorias do crescimento econômico, muitos países emergentes, em algum período de sua história, vivenciaram uma fase de crescimento acelerado, convergindo para o padrão de vida das nações mais ricas do Mundo. Entretanto, a maioria desses países permaneceu como países de renda média. A existência da "armadilha" sugere que a transição de um país de renda média para um país de economia avançada não se processa como um subproduto cronológico de uma sequência de ajustes macroeconômicos ou de inovações incrementais, que não têm intensidade suficiente para modificar o patamar de desenvolvimento de uma economia.

Aghion cita o caso da Argentina. Em 1890, o **PIB** per capita da Argentina era aproximadamente 40 por cento do **PIB** per capita dos EUA, que tornava o país uma economia de renda média, três vezes superior ao **PIB** per capita do Brasil e da Colômbia, e um pouco maior do que o **PIB** per capita da França. A partir de 1938, o **PIB** per capita da Argentina vem declinando em relação ao **PIB** per capita das economias avançadas. A economia da Argentina entrou no rol dos países de baixo crescimento, em um processo recorrente de decadência econômica, provocando uma sequência interminável de crises sociais e políticas. Fica a pergunta: como evitar que a população brasileira vivencie os atuais dramas sociais e econômicos da população argentina e possa seguir a direção de uma economia avançada como fez a Coreia do Sul?

Em 1936, Keynes destacava que: "Os homens objetivos que se julgam livres de qualquer influência intelectual são, em geral, escravos de algum

economista defunto. Os insensatos, que ocupam posições de autoridade, que ouvem vozes no ar, destilam seus arrebatamentos inspirados em algum escriba acadêmico de certos anos atrás. Estou convencido de que a força dos interesses escusos se exagera muito em comparação com a firme penetração das ideias..., porém, cedo ou tarde, são ideias, e não os interesses escusos, que representam um perigo, seja para o bem ou para o mal".

Há um consenso entre muitos analistas da atual situação socioeconômica do Brasil de que, em momentos de crise, as ideias importam e são poderosas. Elas têm a capacidade de dar substância histórica à diversidade dos interesses dos diferentes grupos sociais em termos de ações programáticas. Elas são capazes de determinar a forma e o conteúdo das instituições que formulam e definem a trajetória histórica de um país, de suas regiões e classes sociais.

Mas lembram também que ideias equivocadas ou insuficientes, em termos do contexto histórico de cada país, podem ser uma trava ou uma ilusão no processo das mudanças necessárias. É o caso da ideia do atual modelo de equilíbrio fiscal expansionista que tem fundamentado a formulação e a implementação da política econômica no Brasil, desde 2014.

O atual ajuste fiscal, realizado sem o projeto nacional de desenvolvimento, embora indispensável a uma economia à beira da insolvência financeira, tem trazido enormes sobrecargas para a população em termos de desemprego, da concentração da renda e da riqueza, da perda da quantidade e da qualidade dos serviços públicos essenciais. Essas sobrecargas têm promovido certo grau de fadiga e de impaciência na população em relação ao atual estilo de ajuste fiscal com suas incertezas e platitudes, com a promessa de que, com o equilíbrio das contas públicas, o crescimento sustentado da renda e do emprego virá por acréscimo.

É preciso que a retomada do crescimento econômico acelerado do país venha acompanhada de um novo ciclo longo de expansão econômica. Não se trata da falta ou da limitação de potencialidades para crescer. O Brasil dispõe de uma base ampla e diversificada de recursos naturais renováveis e não renováveis, o que lhe dá vantagens comparativas internacionais para um

processo de crescimento acelerado e para a formação de poderosas cadeias produtivas. O nível de desenvolvimento das instituições políticas e das organizações econômicas no Brasil atingiu um patamar que favorece a formação de ciclos de expansão, a partir de forças endógenas. Da mesma forma, a mudança mais recente do papel do Estado na economia, embora lenta e intermitente por indefinições ideológicas, tem criado melhores condições e oportunidades de novos ciclos de crescimento. Se consideramos a consolidação de um processo de reforma do Estado, a economia brasileira tende a se tornar mais aberta, menos regulamentada, mais privatizada e, portanto, mais propensa ao crescimento econômico. Nesse contexto, continuamos a praticar a difícil arte de não crescer em um país vocacionado para se tornar uma economia avançada.

Um novo ciclo de crescimento acelerado tem condições de ser implementado por meio do Terceiro Salto Científico e Tecnológico da Agricultura Brasileira, cujas inovações reestruturantes são capazes de produzir alimentos saudáveis, sustentáveis e resistentes às mudanças climáticas para a humanidade, conforme vinha propondo consistentemente o saudoso Ministro e Professor Alysson Paolinelli. Essas inovações permitem dobrar a produção de alimentos sem derrubar uma árvore sequer. É o poder da destruição criativa analisado pelo pensador austríaco Joseph Alois Schumpeter.

Paulo R. Haddad. ex-ministro da Fazenda e do Planejamento

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/03/08/2023/p1>

De volta ao vermelho (Editorial)

Era previsível que as contas do governo federal voltariam ao vermelho, o que se confirmou no fechamento do resultado do primeiro semestre deste 2023. Mais preocupante é que as perspectivas de reequilíbrio permanecem nebulosas.

De acordo com o balanço do Tesouro Nacional, as despesas primárias -com pessoal, custeio administrativo, benefícios sociais e investimentos- superaram as receitas em R\$ 42,5 bilhões, de janeiro a julho último. Trata-se de uma reviravolta ante o superávit de R\$ 54,3 bilhões obtido em período correspondente do ano passado.

Decerto que o saldo positivo anterior se devia, em grande parte, a recordes temporários da arrecadação em razão da disparada de preços do petróleo. Também é fato que as contas já mostravam deterioração no final da gestão de Jair Bolsonaro (PL), com a ofensiva tresloucada e malsucedida pela reeleição.

A questão, como se sabe, é que Luiz Inácio Lula da Silva não se limitou a aumentar a despesa prevista neste ano para contemplar a justa e necessária preservação dos novos valores do Bolsa Família -o petista decidiu promover uma ampla elevação de programas já no início de seu terceiro mandato.

Como resultado, os gastos do ano acabam de serem recalculados para exorbitantes R\$ 2,055 trilhões, um salto de 14% (quase 9% acima da inflação esperada) em relação ao R\$ 1,802 trilhão de 2022.

Os excessos na largada acentuam as dúvidas quanto ao plano de ajuste prometido para os próximos anos, ainda em tramitação no Congresso. O resultado do Tesouro em junho foi pior que o esperado por analistas; a própria projeção oficial para o déficit primário de 2023 já subiu de R\$ 107,6 bilhões para R\$ 145,4 bilhões.

É muito difícil crer no cumprimento do objetivo de fechar o ano com rombo igual ou inferior a 1% do Produto Interno Bruto (cerca de R\$ 107 bilhões) e, mais ainda, na meta de equilibrar receitas e despesas já em 2024 -principalmente porque o governo quer depender unicamente de uma descabida escalada da arrecadação.

Será ilusão perigosa imaginar que a recente melhora de humores no mercado e as menções favoráveis de agências de risco significam que os temores quanto à

solidez fiscal do país estejam dissipados. Por ora, apenas saiu de cena o risco de descontrole.

Sem restaurar a credibilidade das finanças governamentais, o país continuará tendo dificuldade em reduzir inflação e juros de forma duradoura, comprometendo o crescimento econômico essencial para a redução da pobreza.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50357>

BC corta juro em 0,5 ponto, para 13,25%; Campos Neto e Galípolo concordam

Nathalia Garcia

Brasília O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central anunciou nesta quarta-feira (2) o primeiro corte de juros no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com a redução da taxa básica (Selic) em 0,5 ponto percentual -de 13,75% Para 13,25% ao ano. O tamanho do afrouxamento gerou divergências, e o placar final ficou apertado (5 a 4), mas os diretores foram unânimes em antever novas quedas de 0,5 ponto nas próximas reuniões.

Alvo de críticas recorrentes de Lula, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, deu o voto final (como de praxe) e decisivo pela redução. Já a parte minoritária dos diretores votou na reunião por um corte menor, de 0,25 ponto.

O chefe da autarquia se juntou aos dois primeiros diretores indicados pelo atual governo, que estrearam nesta quarta no Copom -Gabriel Galípolo (Política Monetária) e Ailton Aquino (Fiscalização) -, e também a Carolina Barros (Administração) e Otávio Damaso (Regulação).

Os votos divergentes foram de Diogo Guillen (Política Econômica), Maurício Moura (Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta), Fernanda Guardado (Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos) e Renato Dias Gomes (Organização do Sistema Financeiro e Resolução).

O colegiado antecipou que prevê um novo corte de 0,5 ponto percentual na próxima decisão do Copom, em setembro, e de mesma intensidade nas reuniões seguintes.

"Em se confirmando o cenário esperado, os membros do comitê, unanimemente, antevêm redução de mesma magnitude nas próximas reuniões e avaliam que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário", disse o BC, em **comunicado**.

O comitê afirmou ter avaliado a alternativa de fazer um corte mais conservador no primeiro movimento, de 0,25 ponto percentual, mas considerou ser "apropriado" adotar uma redução de 0,50 ponto nesta reunião. De acordo com o colegiado, contou a última decisão do CMN (Conselho Monetário Nacional) sobre

a meta de **inflação** -mantida em 3% ao ano, mas a ser perseguida de forma contínua (e não mais anual).

"O comitê avalia que a melhora do quadro inflacionário, refletindo em parte os impactos defasados da política monetária, aliada à queda das expectativas de **inflação** para prazos mais longos, após decisão recente do Conselho Monetário Nacional sobre a meta para a **inflação**, permitiu acumular a confiança necessária para iniciar um ciclo gradual de flexibilização monetária", disse o BC.

No cenário de referência do Copom, as projeções de **inflação** para este ano melhoraram, caindo de 5% para 4,9%, e, para 2024, se mantiveram em 3,4%. Para 2025, a estimativa é de 3%

Com essa decisão, o BC abre o ciclo de flexibilização monetária três anos depois do último movimento de queda da taxa básica. Em agosto de 2020, a Selic foi levada ao piso histórico de 2% em meio à pandemia de Covid-19.

A Selic ficou um ano parada no patamar de 13,75%, apesar da pressão do governo Lula e das críticas de empresários, depois de o BC ter promovido o mais longo choque de juros da história do Copom. Foram 12 aumentos consecutivos entre março de 2021 e agosto do ano passado, com elevação de 11,75 pontos percentuais.

A autoridade monetária brasileira, que saiu na frente de outros BCs no ciclo de alta de juros, permanece na dianteira na América Latina ao lado do Chile no afrouxamento.

O tamanho do corte feito pelo Copom não veio em linha com a expectativa majoritária do mercado, mas era considerado pelos economistas como uma possibilidade.

Levantamento da Bloomberg mostrou que a maioria dos analistas esperava uma queda de 0,25 ponto percentual, a 13,50% ao ano, enquanto uma parcela menor projetava uma redução de 0,5 ponto percentual.

O movimento feito pelo colegiado correspondeu pela primeira vez aos apelos do governo Lula, que vinha pressionando o BC por um corte de 0,5 ponto percentual da Selic.

BC corta juro em 0,5 ponto, para 13,25%; Campos Neto e Galípolo concordam

Superintendente de pesquisa macroeconômica do Santander, Maurício Orenge destaca que a decisão do Copom não foi surpreendente, embora sua projeção fosse um corte de 0,25 ponto como pontapé inicial, e que o Banco Central tenta passar a mensagem de que a "velocidade de cruzeiro" é de 0,5 ponto percentual

"O BC vai precisar, agora, ao longo dos próximos meses, dar seguimento a essa sinalização de que o ritmo [de cortes] é de 0,50 [ponto percentual], de que vai ser uma estratégia gradualista de redução dos juros para manter um grau de aperto na economia para promover a queda residual que ainda falta para convergência da **inflação**", afirma.

O economista também destaca que as projeções do BC para **inflação** sinalizam que a autoridade monetária enxerga uma convergência em direção às metas um pouco mais lenta, apenas em 2025.

Atualmente, os objetivos perseguidos pelo BC são 3,25% neste ano e 3% a partir de 2024, com intervalos de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Tony Volpon, ex-diretor do Banco Central, ressalta que, apesar do placar apertado sobre a decisão e do "voto de minerva" de Campos Neto, houve unanimidade no Copom em sinalizar uma sequência de queda de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões.

"Na verdade, tem mais unanimidade nessa decisão do que o aparente voto apertado parece implicar", afirma.

Na ata, que será divulgada na terça-feira (8), o economista espera ver mais detalhes sobre os votos de cada membro do colegiado, bem como as razões pelo consenso na indicação do plano de voo.

Segundo ele, reduções de 0,5 ponto percentual serão o "piso" ao longo do ciclo, e há boas chances de o BC acelerar os cortes em algum momento à frente, se houver uma performance da **inflação** melhor do que a esperada.

Desde o encontro anterior, em junho, houve uma melhora tanto no ambiente econômico doméstico, com desaceleração da **inflação** corrente e apreciação do câmbio, quanto nas expectativas dos agentes do mercado financeiro.

O índice oficial de **inflação** do Brasil (IPCA) atualizado será conhecido apenas no dia 11. De acordo com o

último dado disponibilizado pelo IBGE, a alta acumulada em 12 meses desacelerou para 3,16% até junho.

O IPCA-15, que sinaliza uma tendência para os preços, teve queda de 0,07% em julho, com recuo dos preços de energia elétrica e alimentos.

Quanto à percepção dos economistas, o boletim Focus mostra que a projeção para o IPCA deste ano foi revista -da de 5,12% para 4,84% desde a reunião anterior do Copom até segunda-feira (31).

Para o ano que vem, a expectativa caiu de 4% para 3,89%.

A estimativa dos analistas para 2025 baixou de 3,8% para 3,5% -ainda acima do centro da meta (3%).

Em seu balanço de riscos para a **inflação**, o BC continuou com a avaliação de que permanecem fatores em ambas as direções. Entre os motivos que puxariam os preços para cima, mencionou a persistência das pressões inflacionárias globais e uma maior resiliência na **inflação** de serviços do que a projetada.

Na direção contrária, entre os riscos de baixa, o comitê citou uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada, em particular em razão de condições adversas no sistema financeiro global, e impactos do aperto monetário sincronizado sobre a desinflação global caso sejam mais fortes do que o esperado.

O BC fez um aceno ao governo ao tirar menção sobre "alguma incerteza residual sobre o desenho final do arcabouço fiscal" e os impactos da nova regra "sobre as expectativas para as trajetórias da dívida pública e da **inflação**, e sobre os ativos de risco".

O desenho definitivo da nova regra para controle das contas públicas, entretanto, continua sendo dúvida. Com as mudanças promovidas pelo Senado, o texto voltou para a Câmara, que terá a palavra final sobre o arcabouço. Como mostrou a Folha, a retomada da discussão deve ficar para a próxima semana.

u

O BC vai precisar, agora, ao longo dos próximos meses, dar seguimento a essa sinalização de que o ritmo [de cortes] é de 0,50 [ponto percentual], de que vai ser uma estratégia gradualista de redução dos juros para manter um grau de aperto na economia para promover a queda residual que ainda falta para convergência da **inflação**

Mauricio Oreng, Superintendente de pesquisa
macroeconômica do Santander

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50357&maxTouch=0&anchor=6481069&pd=898dc52a72a8fb6e15bee0974b4360db>

Indústria só sentirá efeito da queda no juro em 2024, afirma Fiesp

Stéfanie Rigamonti

A decisão do Copom de cortar a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual, para 13,25%, é bem-vinda, mas não altera por ora a situação da indústria brasileira, disse nesta quarta (2) o economista-chefe da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Igor Rocha.

"Não esperamos efeitos grandes. Só em seis meses, ou seja, no próximo ano", afirmou Rocha à Folha logo após a publicação da decisão.

O economista destaca que o patamar da Selic no país ainda é muito alto e, ao contrário de outros setores, a indústria de transformação não é beneficiada por créditos subsidiados, como o agronegócio.

Por isso, Rocha diz que a indústria é a mais sensível aos juros altos, sendo 50% mais afetada ao aperto monetário em comparação com os outros setores da economia.

O economista vê como positiva, contudo, a indicação dada pelos membros do comitê, no **comunicado** divulgado junto da decisão, de mais cortes na mesma proporção da Selic nas próximas reuniões.

O economista estima que a taxa básica deva chegar ao fim do ano um pouco abaixo de 12%, se não houver nenhuma surpresa negativa até lá.

Segundo Rocha, caso o real se valorize ainda mais ante o dólar e a **inflação** mantenha trajetória de queda, pode haver espaço ainda neste ano para um corte mais intenso dos juros, de 0,75 ponto.

O economista-chefe da Fiesp diz que não se surpreendeu com a decisão do Copom, já que a maioria dos operadores de mercado já apostava nesse resultado.

O presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Braga de Andrade, considera acertada a decisão. "Não compromete o processo de combate à **inflação** e evita um desaquecimento maior da indústria e da economia."

Andrade também diz acreditar que, se o cenário de descompressão da **inflação** se mantiver nos próximos

meses, haverá espaço para cortes mais intensos da Selic.

"As expectativas de **inflação** têm passado por sucessivas revisões para baixo, e a apreciação da taxa de câmbio, nos últimos meses, também representa mais um elemento positivo para esse cenário de controle da **inflação**", diz.

Em nota, a CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) também usou a palavra "certificada" para se referir à deliberação do BC sobre os juros.

"A **inflação** no Brasil é hoje umas das mais baixas do mundo", diz a entidade. "O início do ciclo de queda da taxa de juros é um primeiro passo para um novo momento do varejo brasileiro."

A entidade indicou que, para o setor varejista, o movimento de ciclo de baixa dos juros já poderá ser sentido em breve.

"Mesmo que gradual, esse movimento vai aliviar o orçamento das famílias e das empresas que se endividaram muito na pandemia, abrindo espaço para o aumento do consumo e para a melhoria das condições de crédito."

Setor também fortemente afetado pela alta da taxa básica de juros, a construção civil comemorou o corte da Selic.

A Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias) diz, em nota, que considera positiva a redução dos juros em 0,5 ponto percentual e que espera um movimento contínuo para que a Selic se estabilize em patamar baixo no longo prazo.

Segundo o presidente da entidade, Luiz França, o corte na taxa básica de juros é essencial para a incorporação imobiliária e a construção civil, uma vez que os financiamentos habitacionais de imóveis de médio e alto padrão são impactados pela contração da política monetária.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50357&maxTouch=0&anchor=6481069&pd=898dc52a72a8fb6e15bee0974b4360db>

Selic e inflação: a dosagem inadequada (Artigo)

Roberto Macedo

Roberto Macedo ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

*

Escrevi este texto antes de o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anunciar ontem a decisão de queda ou não da Selic, a taxa básica de juros, que estava em 13,75% ao ano. Na terça-feira, este jornal publicou a matéria 70% do mercado vê Selic 0,25 menor (1/8, B1). Os 30% restantes previam redução de 0,50. A Selic passou a subir quando estava em 2% e repetiu-se, aqui, um debate que na literatura sobre o assunto é conhecido como um entre gaviões e pombos.

Os gaviões argumentam que manter a **inflação** baixa é a prioridade maior da política monetária, enquanto os pombos defendem, entre outros aspectos, reduções da taxa básica de juros para estimular o crescimento da economia.

Aqui, no Brasil, o líder do primeiro grupo é o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, enquanto Lula se destaca no segundo grupo, tendo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como seu parceiro, ainda que mais discreto.

Entendo que uma **inflação** alta desorganiza a economia e deve ser combatida aumentando a Selic, mas há uma questão de dosagem: logo que a **inflação** for cedendo claramente, a atitude dos pombos deve entrar em cena. Contudo, aqui, a **inflação** começou a ceder logo depois de a Selic chegar a 13,75%, mas esta mantém-se inalterada por 12 meses, com sérias consequências, como o aumento do custo do crédito e menor crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Vejamos alguns números: medida em 12 meses, a **inflação** avaliada pelo IPCA, o índice-meta da política monetária, estava em 2,13% em junho de 2020, e a partir daí começou a subir, atingindo um máximo de 12,13% em abril de 2022. De sua parte, a Selic estava em 2,0% ao ano em meados de março de 2021, quando passou a 2,75% e foi aumentando até alcançar 13,75% em agosto de 2022.

Percebe-se que o Copom demorou a agir, pois quando, em março de 2021, resolveu iniciar um ciclo de aumento da Selic, a **inflação** medida pelo IPCA já estava em 6,1% em 12 meses, três vezes o valor da Selic no início do mês. E, depois, atrasou-se também na hora de reduzir a Selic, pois quando ela chegou a 13,75%, em agosto de 2022, a **inflação** já havia caído para 8,7% em 12 meses e continuou a cair até atingir 3,6% em junho deste ano. Ou seja, a **inflação** caiu a menos da metade em dez meses, enquanto a Selic não se alterou nesse período!

A Selic pode ser vista como um remédio contra a **inflação**, mas a análise anterior mostra que sua dosagem veio atrasada quando a **inflação** começou a subir e a última e alta dose da Selic ficou no mesmo nível por um longo período, prejudicando tomadores de crédito e o andamento da economia. E, entre outros aspectos, as finanças públicas foram afetadas, porque a Selic também impacta a taxa de juros do financiamento da dívida pública.

O Banco Central deveria ter sido cobrado pelo Congresso, chamando o presidente do banco para se explicar por esses malfeitos, numa reunião em que pombos também fossem representados e pudessem se manifestar. Como já dito, o Copom exagerou como pombo mantendo a Selic em 2% quando a **inflação** já estava subindo e passou a se comportar como gavião bravo mantendo a Selic muito alta, relativamente à **inflação** que caía bastante.

É interessante que a lei de independência do Banco Central dá prioridade aos gaviões, pois diz no seu primeiro artigo que o "(...) Banco Central tem por objetivo fundamental assegurar a estabilidade de preços". Mas também tem um ninho para pombos no parágrafo único desse artigo: "Sem prejuízo de seu objetivo fundamental, o Banco Central do Brasil também tem por objetivos zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego" (ênfases minhas).

O Banco Central pode cantar de gavião ou de pombo. A gestão da política monetária é uma arte que se sustenta em informações e num modelo de causalidade e quem faz essa gestão precisa dominá-la com base no seu conhecimento e na sua experiência. Como professor, eu daria nota mais baixa para o

último período, em que atuou como gavião, pois o exagero de sua dosagem claramente alongou-se além da conta.

Reconheço que a posteriori é mais fácil ver os problemas conforme a ótica que apresentei, mas a discrepância entre a queda da **inflação** e a manutenção da Selic em 13,75% é por demais evidente para não isentar de crítica o comportamento gaviônico do Copom. Também se pode dizer que, se a queda da Selic foi de 0,25 ou de 0,50 ontem, isso não fará muita diferença, pois a queda seria de 1,8% da Selic no primeiro caso e de 3,6% no segundo.

O que terá sido de maior importância será a mudança de direção, e os pombos devem, agora, insistir no aumento da velocidade de redução.

Fico imaginando um período de **inflação** e Selic muito baixas para que o Banco Central possa, também, atuar como seus pares nos EUA, na Europa e no Japão num passado não muito distante, via quantitative easing, ou relaxamento monetário, adquirindo ativos financeiros, entre eles hipotecas imobiliárias para expansão do crédito nessa área.

*

O Copom se atrasou ao aumentar a taxa básica de juros e, se ela caiu ontem, também houve atraso na sua redução

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"O BC se mostrou flexível com o que está acontecendo"

LUIZ GUILHERME GERBELLI

ENTREVISTA: Luiz Fernando Figueiredo, Sócio-fundador e CEO da gestora de recursos Mauá Capital; foi diretor de Política Monetária do Banco Central

Ex-diretor do Banco Central, Luiz Fernando Figueiredo avalia como acertada a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir a taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual, para 13,25% ao ano. Na avaliação dele, havia espaço para um corte aplicado porque, desde a última ata do Copom, a **inflação** surpreendeu para baixo e as expectativas continuaram a cair.

"Achei positivo ter feito (o corte de) 0,50 ponto, porque ele (Copom) se mostrou flexível ao que está acontecendo.

Gostei bastante da decisão", afirma Figueiredo, hoje presidente do conselho de administração da Jive Investments.

A seguir os principais trechos da entrevista concedida ao Estadão.

A maior parte do mercado esperava uma redução dos juros de 0,25 ponto percentual.

O corte de 0,50 surpreendeu?

Na verdade, quando você olha a curva de juros, ela já embutia uma chance de uma queda de 0,50. Os economistas é que, ainda em sua maioria, achavam que o corte seria de 0,25 ponto. Todo o mercado entende que essa é a primeira de uma série de quedas. Estamos falando de um início de um processo de distensão monetária, de redução da taxa de juros. O mercado projeta (a Selic) em torno de 11,50% para o final deste ano, e em torno de 9% para o fim do ano que vem.

O sr. acha que havia espaço para um corte de 0,50?

Eu achava que o mais adequado era um corte de 0,50 ponto por conta dos dados que saíram melhores depois da última ata do Copom. Achei positivo ter feito 0,50 ponto, porque ele (Copom) se mostrou flexível ao que está acontecendo. Gostei bastante da decisão.

Na próxima reunião o Copom repete o corte de 0,50?

É sempre dinâmico. Uma série de coisas deve ocorrer, dados vão sair. Eles podem sempre ser reavaliados. Mas é muito provável que ele continue neste ritmo de 0,50 ponto.

A previsão do sr. segue o mercado para a Selic ao fim de 2023 e 2024?

Deve ser isso que vai acontecer.

É possível que, no final do ano que vem, a taxa final desse processo pode ir abaixo de 9%.

Isso vai depender da política fiscal, de o governo conseguir cumprir a meta de déficit zero de primário no ano que vem.

Na decisão desta quarta, o Copom se mostrou dividido para o tamanho do corte de juros.

Como o sr. avalia esse dissenso?

Não acho que dissenso é uma coisa ruim. Cada diretor tem o seu voto. Sempre foi assim, inclusive, na minha época. O que existe é uma tentativa de convergência de cada um dos votantes, mas, às vezes, é isso aí mesmo. Faz parte.

Não teve nenhum voto para não haver redução (da Selic). Foram alguns votos para que a redução começasse um pouco menor.

E o que precisa acontecer na economia para que o País engate um ciclo de queda de juros e a Selic chegue a 9% ou até abaixo disso em 2024?

O que precisa é continuar com boas práticas de política econômica.

Nos últimos seis anos, o Brasil fez um conjunto enorme de reformas, como da Previdência e trabalhista, e avançou num conjunto muito grande de reformas microeconômicas, como na lei do saneamento, na de óleo e gás, na revisão da lei de falências. Foram várias reformas que ampliaram a capacidade de o Brasil crescer. Isso quer dizer que o Brasil tende a crescer mais do que nos últimos anos. Neste ano, algumas reformas micro foram colocadas

em xeque pelo governo atual, mas o Congresso não deixou que isso avançasse. Houve uma agenda de contrarreformas que não aconteceu e foi evitada, e uma agenda do lado macro que avançou.

E podemos falar das duas principais: o arcabouço fiscal e a **reforma tributária**. O que prevaleceu foi agenda positiva.

O governo tem metas fiscais ambiciosas. Se elas não forem cumpridas, esse cenário de queda de juros pode ser interrompido?

Se o governo conseguir um resultado próximo, com um esforço muito grande nessa direção, vai prevalecer esse cenário mais positivo mesmo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil ocupa 2º lugar em ranking de países com a maior taxa de juros reais

Júlia Lewgoy De São Paulo

Mesmo após o corte da taxa Selic ontem, o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking de países com os maiores juros reais, que desconta a expectativa de **inflação**. A taxa é de 6,9%. O México aparece em primeiro lugar na lista, com taxa de juros reais de 7,4%.

A compilação foi elaborada pelo Valor Data, com base em dados do Boletim Focus do Banco Central, da B3 e da Trading Economics. O levantamento considera apenas os países do G-20, composto por 19 nações e pela União Européia, que representam cerca de 85% do Produto Interno Bruto (**PIB**) global. Contudo, países menos desenvolvidos possuem taxas de juros reais maiores que o México e o Brasil.

O ranking foi feito usando as taxas básicas de juros dos países divulgadas mais recentemente. Foram descontadas as expectativas de **inflação** para os próximos 12 meses, até o segundo trimestre de 2024, última previsão disponível. Já o cálculo para o Brasil considera um derivativo (contrato financeiro negociado na B3), descontando a expectativa para a **inflação** medida pelo IP-CA para os próximos 12 meses.

Além de México e Brasil liderando, na terceira colocação aparece a Arábia Saudita, com taxa de 4,1%, seguida da Rússia, com juros reais de 3,6%. Em quinto lugar, está a África do Sul, com taxa de 3,3%, e na sexta posição fica o Reino Unido, com juros reais de 2,9%.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a aumentar os juros, antes de Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai. Agora, o Brasil e a região também saem na frente, ao iniciar o ciclo de cortes.

O clima nas economias desenvolvidas está mais nublado e boa parte do sucesso das reduções de juros no Brasil depende dessas nações. Elas ainda aumentam os juros para combater a **inflação** e as taxas estão nos níveis mais altos dos últimos quase 15 anos. Entretanto, alguns países dão indicações de que devem parar de elevar os juros, e o temor de uma recessão global perde força. Nos EUA, o Federal Reserve subiu as taxas no fim de julho pela 11ª vez.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/18762>

1